



**UNIFEOB**

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO  
OCTÁVIO BASTOS**

**ESCOLA DE NEGÓCIOS ONLINE**

**CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**PROJETO INTEGRADO**

**PROCESSOS DE REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA**

**<ALIANSCCE SONAE SHOPPING CENTERS S/A>**

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

JUNHO, 2022

UNIFEOB

CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO  
OCTÁVIO BASTOS

ESCOLA DE NEGÓCIOS ONLINE

**CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**PROJETO INTEGRADO**

PROCESSOS DE REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA

**<ALIANSCCE SONAE SHOPPING CENTERS S/A>**

MÓDULO CONTABILIDADE APLICADA

ANÁLISE DAS NORMAS E PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS –  
PROF. ANTONIO DONIZETI FORTES

CONTABILIDADE AVANÇADA – PROF. LUIZ FERNANDO  
PANCINE

ESTUDANTES:

CRISTIANE ALVES R. MATOS, RA

1012019100213

FLÁVIA REGIANE D. MARTINS, RA

1012019100042

LUCAS GABRIEL POLI, RA 1012019100574

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

JUNHO, 2022

# SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>3</b>
<b>2. DESCRIÇÃO DAS EMPRESAS</b>	<b>5</b>
<b>3. PROJETO INTEGRADO</b>	<b>8</b>
3.1 CONTABILIDADE AVANÇADA	8
3.1.1 COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS	9
3.1.2 JOINT VENTURES	19
3.2 ANÁLISE DAS NORMAS E PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS	28
3.2.1 AJUSTE A VALOR PRESENTE	28
3.2.2 VARIAÇÃO CAMBIAL	36
3.3 CONTEÚDO DA FORMAÇÃO PARA A VIDA: ATUANDO GLOBALMENTE	42
3.3.1 ATUANDO GLOBALMENTE	43
3.3.2 ESTUDANTES NA PRÁTICA	53
<b>4. CONCLUSÃO</b>	<b>54</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>56</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>60</b>

# 1. INTRODUÇÃO

Uma combinação de negócios corresponde a uma operação em que um adquirente obtém controle de um ou mais negócios. Um negócio corresponde a um conjunto integrado de atividades e ativos capaz de ser conduzido e gerenciado para gerar retorno em forma de dividendos, redução de custos ou outros benefícios econômicos.

Existem diversas formas de combinações de negócios, sejam elas fusão, incorporação, cisão, aquisição, etc.

Porém para que essas reorganizações societárias aconteçam é necessário seguir algumas normas e procedimentos contábeis que regulamentam estes tipos de transações. É sobre isso que trataremos detalhadamente neste projeto.

Citaremos a importância do ajuste a valor presente nas demonstrações contábeis, em ativos e passivos que possuem operações a longo prazo, ou no caso daqueles que, no curto prazo, sofreram efeitos relevantes. Esse cálculo é fundamental para identificar quais são os valores dos bens da empresa, além do valor das dívidas que existem na instituição, para oferecer mais transparência e passar mais confiança para possíveis investidores. Sendo fundamental para empresas que querem atrair mais investimentos, adquirir empréstimos ou até mesmo ter apenas mais controle desse tipo de dado internamente.

Analisaremos sobre a variação cambial nas demonstrações contábeis de entidades que possuem atividades em moedas estrangeiras. Como deve ser realizada a transação da moeda estrangeira para a moeda funcional de acordo com os termos do CPC 02.

Ainda neste projeto abordaremos sobre um tema tão necessário e urgente de soluções: a sustentabilidade e conservação do meio ambiente.

A conservação do meio ambiente e a sustentabilidade se tornaram duas demandas essenciais para a sociedade e para as empresas.

É possível atuar com base na busca pela conservação do meio ambiente e o alcance da sustentabilidade? Que medidas podem ser tomadas no cotidiano? Sim, é possível revertermos essa situação atual do nosso planeta através de mudanças em nosso dia a dia.

## 2. DESCRIÇÃO DAS EMPRESAS

### Aliansce Shopping Centers S.A

CNPJ	<u>06.082.980/0001-03</u> [ MATRIZ ]
Nome da empresa	ALIANSCCE SHOPPING CENTERS S.A.
Início atividade data	2003-12-22
Natureza jurídica	Sociedade Anônima Aberta
Situação cadastral	BAIXADA desde 2019-08-05
Motivo situação cadastral	INCORPORAÇÃO
Qualificação do responsável	Diretor
Capital social	R\$ 2.054.439.311,12
Porte da empresa	DEMAIS
Opção pelo simples	NÃO OPTANTE
Opção pelo MEI	NÃO

#### **Endereço:**

Rua Dias Ferreira, 190

301 - Parte

LEBLON

RIO DE JANEIRO/RJ - CEP: 22431-050

A Aliansce foi uma administradora de centros comerciais (shopping centers) do Brasil, sendo a terceira empresa do setor em tamanho de sua Área Bruta Locável (ABL), conquistando tal posição em janeiro de 2012, ao superar a ABL da empresa Iguatemi.

Atuava como proprietária e administradora, participando de todas as fases do negócio, desde o planejamento e desenvolvimento do empreendimento até sua comercialização e administração.

Seu portfólio era composto por 675 656 m<sup>2</sup> de ABL e 441 785 m<sup>2</sup> de ABL Própria.

Em 2006 desenvolveu e inaugurou oito centros comerciais (shopping centers): Shopping Leblon, Bangu Shopping, Santana Parque Shopping, Caxias Shopping, Boulevard Shopping Brasília, Floripa Shopping, Boulevard Shopping Belém e Shopping Parangaba. Possuía participação em 15 shopping centers, em operação administrava outros 9 shoppings de terceiros.

**Sonae Sierra Brasil S/A.**

CNPJ	05.878.397/0001-32 [ MATRIZ ]
Nome da empresa	SONAE SIERRA BRASIL S.A
Início atividade data	2002
Natureza jurídica	Sociedade Anônima Aberta
Situação cadastral	BAIXADA desde 2019-08-05
Motivo situação cadastral	INCORPORAÇÃO

**Endereço:**

Rua Dr. Cardoso De Melo, 1184

Vila Olímpia - Andar 13 Sala 132

São Paulo/SP - CEP 04548-004

A Sonae Sierra Brasil foi uma empresa administradora de shopping centers do Brasil, responsável pelo desenvolvimento e gestão de centros de compras em todo o país.

A companhia era cotada na bolsa de valores e tinha como principais acionistas a portuguesa Sonae Sierra e o investidor alemão Alexander Otto.

A Sonae Sierra Brasil era proprietária de 9 empreendimentos no Brasil e administrava outros de terceiros. Eram, ao todo, 474,7 mil m<sup>2</sup> de Área Bruta Locável (ABL) e 2.103 lojas.

**ALIANSCCE SONAE SHOPPING CENTERS S/A.**

CNPJ: 05.878.397/0001-32

Razão Social: Aliansce Sonae Shopping Centers S.A

Data de Abertura: 05/08/2019

Tipo: MATRIZ

Situação: ATIVA

Natureza Jurídica: 204-6 - Sociedade Anônima Aberta

Capital Social: 4190769244.00

A **Aliansce Sonae** é uma empresa que atua no ramo de administração de shopping centers que nasceu a partir da fusão das empresas Aliansce Shopping Centers e Sonae Sierra Brasil em agosto de 2019.

A fusão soma os 31 empreendimentos da Aliansce e os 9 da Sonae, totalizando 40 shoppings. São 11 shoppings administrados pela companhia e 29 próprios.



### **3. PROJETO INTEGRADO**

Neste projeto serão apresentadas informações explicativas a respeito das várias combinações de negócios e joint ventures usadas no mundo corporativo.

Apresentaremos análises das normas e pronunciamentos contábeis englobando ajuste a valor presente e variação cambial.

E ainda será abordado o tema atuando globalmente com uma visão de sustentabilidade para as empresas.

Como objeto de estudo para a elaboração deste projeto utilizaremos as empresas Aliance Shopping Centers S/A e Sonae Sierra Brasil S/A.

### **3.1 CONTABILIDADE AVANÇADA**

#### **O que é reorganização societária?**

Também chamada de reestruturação, a reorganização societária consiste em qualquer mudança no tipo empresarial ou composição do quadro societário — sócios e acionistas — de uma determinada empresa ou grupo econômico. Isso é feito por meio de operações societárias como fusões, incorporações, transformações e cisões.

Todo esse procedimento é fiscalizado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), autarquia vinculada ao Ministério da Justiça do Governo Federal. Esse órgão objetiva manter a livre concorrência do mercado, evitando abuso de poder e outros atos que comprometam a ordem econômica.

Diante disso, a autarquia deverá aprovar as reorganizações nas sociedades, podendo impor restrições no processo, desde que fundamentadas.

#### **Quais são os tipos de mudanças que podem ser feitas?**

Todos os tipos de reorganizações societárias envolvem alterações na empresa, com a diminuição ou redução de elementos como o quadro societário, o patrimônio e o capital social.

É preciso ter muito cuidado com esse tipo de reorganização, pois se a reestruturação resultar em monopólio no ramo, ou seja, prejudicial à economia brasileira, a autarquia CADE poderá impedir a realização da fusão, ou impor restrições que acabam fazendo com que o procedimento não seja vantajoso.

Essas modalidades estão previstas na Lei das Sociedades Anônimas (SA) — Lei n.º 6.404/76 —, entre os artigos 226 e 229, bem como no Código Civil, a partir do art. 1.113. Esses tipos podem ser: Cisão, Fusão, Transformação e Incorporação e as Joint Ventures; falaremos mais detalhadamente sobre cada uma delas nos próximos tópicos.

### 3.1.1 COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

Para entender o conceito de combinação de negócio o CPC 15 (R1) menciona que:

Combinação de negócios é uma operação ou outro evento por meio do qual um adquirente obtém o controle de um ou mais negócios, independentemente da forma jurídica da operação. O termo abrange também as fusões que se dão entre partes independentes.

De acordo com este Pronunciamento Técnico, o adquirente pode obter o controle da adquirida de diversas formas, como por exemplo:

- (a) pela transferência de caixa, equivalentes de caixa ou outros ativos (incluindo ativos líquidos que se constituam em um negócio);
- (b) pela assunção de passivos;
- © pela emissão de instrumentos de participação societária;
- (d) por mais de um dos tipos de contraprestação acima; ou
- (e) sem a transferência de nenhuma contraprestação, inclusive por meio de acordos puramente contratuais

Uma combinação de negócios, por razões legais, fiscais ou outras, pode ser estruturada de diversas formas, as quais incluem, mas não se limitam a:

- (a) um ou mais negócios tornam-se controladas de um adquirente ou ocorre uma fusão entre o adquirente e os ativos líquidos de um ou mais negócios;
- (b) uma entidade da combinação transfere seus ativos líquidos ou seus proprietários transferem suas respectivas participações societárias para outras entidades da combinação (ou para os proprietários dessas entidades);
- (c) todas as entidades da combinação transferem seus ativos líquidos ou seus proprietários transferem suas respectivas participações societárias para a constituição de nova entidade (combinação por vezes qualificada na literatura como sendo uma transação roll-up ou uma transação put-together); ou
- (d) um grupo de ex-proprietários de uma das entidades da combinação obtém o controle da entidade combinada.

### **O que é fusão de empresas?**

Fusão de empresas é uma operação jurídica que une duas ou mais empresas para dar origem a uma nova organização. Nesse modelo, as pessoas jurídicas deixam de existir individualmente e formam uma única sociedade, que concentra todo o patrimônio, direitos e obrigações das envolvidas.

O termo Fusões e Aquisições (F&A) deriva do inglês *Mergers & Acquisitions* (M&A), que são meios para consolidação e reposicionamento de negócios.

Como forma de reorganização empresarial, a fusão é regulamentada pelo art. 228 da Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/76)

Há várias razões para fundir empresas, desde o aumento da competitividade até a prevenção de riscos no mercado.

Para realizar o processo, é preciso realizar a avaliação do patrimônio e acordar a fusão em uma assembleia geral de acionistas em cada uma das empresas.

Depois, um novo estatuto é elaborado, as ações são distribuídas e os cargos são reorganizados.

### **As 6 principais vantagens da fusão de empresas**

A fusão de empresas é motivada por uma série de vantagens para as organizações envolvidas.

Basta pensar nas movimentações constantes do mercado, as suas instabilidades e desafios, que podem exigir a união de forças em momentos de crise ou oportunidade.

Veja alguns dos principais benefícios em promover uma fusão:

- **Diversificação de mercado**

Um dos principais motivos para unir duas ou mais empresas é combinar as suas fatias do mercado para criar um negócio mais abrangente.

Por mais que uma empresa invista em vários setores, as limitações operacionais acabam levando à concentração em uma área específica.

Com a fusão, as empresas conseguem somar suas posições já consolidadas em diferentes áreas de atuação.

Como resultado, a nova sociedade alcança vários mercados e públicos diferentes, expandindo as possibilidades de negócios.

- **Aumento da abrangência de marca**

Da mesma maneira que uma fusão amplia os mercados-alvo, também aumenta a abrangência da nova marca. Ou seja: outros públicos-alvo podem ser atingidos, e a organização ganha fôlego para construir um novo posicionamento no mercado.

Mas, para isso, o branding tem que ser muito bem planejado, para que a nova companhia consiga somar os valores e propósitos das empresas anteriores em uma única representação.

- **Aumento das receitas**

Como consequência da ampliação do mercado e do alcance da marca, a tendência é que a fusão gera um aumento de receitas substancial.

Inclusive, esse é um dos principais motivos para considerar a operação, pois as empresas calculam o quanto poderiam lucrar e crescer juntas, unindo as suas oportunidades comerciais.

Frequentemente, o resultado é bem mais atrativo do que continuar operando de forma isolada.

- **Redução de custos**

Quando duas empresas se unem, há uma profunda reestruturação e análise minuciosa de custos e despesas para compor o novo orçamento.

Nesse processo, as empresas participantes tendem a enxugar a nova estrutura e otimizar os custos ao máximo, traçando novas metas e objetivos em relação às finanças da organização.

Com vários decisores envolvidos, os desperdícios são prontamente eliminados e as falhas corrigidas, dando origem a um negócio mais sólido e eficiente.

- **Diminuição dos riscos de mercado**

A empresa que surge de uma fusão sempre tem mais força diante dos riscos e incertezas do mercado, pois aumenta sua capacidade de adaptação.

Basta pensar que as expertises em gestão de riscos são somadas, criando uma organização muito mais resistente e preparada para enfrentar oscilações e adversidades.

Não à toa, muitas fusões são motivadas por ameaças exteriores.

- **Melhores condições de atuação**

Quando há uma fusão, a organização resultante terá melhores condições de atuação no mercado do que as ex-empresas que a formaram.

Um exemplo básico é a redução do risco de crédito com os bancos, que liberam novos financiamentos ao verificar a estrutura robusta da companhia.

Da mesma forma, todos os recursos de que a organização precisar serão facilitados, graças ao crescimento instantâneo que a fusão de empresas proporciona.

#### **As 4 principais desvantagens da fusão de empresas**

Quando se trata de fusão de empresas, vantagens e desvantagens fazem parte da operação.

Veja quais são os principais desafios e como devem ser enfrentados.

### **1. Unir processos e tecnologias**

Imagine o quão trabalhoso é unificar todos os processos e tecnologias de duas ou mais empresas, considerando a variedade de ferramentas e metodologias que existem na administração.

Não é uma tarefa fácil, e a dificuldade aumenta ainda mais com a resistência dos colaboradores em lidar com mudanças drásticas.

Nesse caso, a nova sociedade deverá decidir quais métodos e tecnologias são mais adequados para operar em um novo patamar.

### **2. Transformação de cultura**

A cultura organizacional leva anos e até décadas para ser construída, e não poderá ser transformada de um dia para o outro.

O que ocorre nas fusões é um conflito cultural imediato, por mais que as empresas participantes já tenham uma afinidade de valores, propósitos e objetivos.

Basicamente, a nova organização terá que combinar duas ou mais culturas para criar um novo conjunto de princípios, práticas e comportamentos.

### **3. Manter a produtividade**

Outro desafio da fusão de empresas é manter a produtividade após a operação, considerando todas as mudanças e impactos nas atividades diárias.

Nesse ponto, o fator humano tem um grande peso, pois a reorganização dos cargos e funções afeta diretamente a motivação e engajamento dos colaboradores.

### **4. Manter a força da marca**

Apesar do aumento de abrangência, é inevitável que a marca perca força após a fusão.

Isso porque os clientes já se identificam e reconhecem as marcas, e tendem a se distanciar quando as empresas se unem e formam uma nova identidade.

Por isso, a nova organização tem que investir muito em branding para se posicionar rapidamente e comunicar à união aos públicos interessados.

## **Os tipos de fusão de empresas**

Há várias formas de fusão e aquisição, que variam em níveis de complexidade e objetivos.

Veja quais são os principais tipos de fusão de empresas:

### **❖ Aquisição**

A aquisição é uma operação complexa em que uma empresa compra todo (ou quase todo) o controle acionário de outra.

Nesse caso, a empresa comprada desaparece legalmente, e a identidade da compradora prevalece.

A compra costuma ocorrer quando uma empresa percebe que é mais vantajoso assumir as operações de outra organização do que investir em uma expansão por conta própria.

Evidentemente, a compradora é maior e mais poderosa do que a empresa-alvo, e trata a aquisição como parte de sua estratégia de crescimento.

Para que essa operação ocorra tranquilamente, é fundamental que ocorra o processo de *Due Diligence*, que é basicamente a busca de informações sobre a empresa-alvo para determinar o seu valor e perspectivas de negócio.

### **❖ Cisão**

A cisão é o contrário da fusão: ao invés de duas empresas se unirem, uma única empresa se divide para criar outras.

Nessa operação, a organização destina parte de seus ativos para formar uma nova empresa, podendo continuar suas operações normalmente ou mesmo deixar de existir.

Se a empresa subsistir, as novas empresas que recebem parte de seu patrimônio continuam respondendo pela mesma.

Geralmente, as empresas optam pela cisão quando o cenário exige uma separação de atividades, ou quando há desinteresse dos investidores em continuar no mesmo empreendimento.

Também há casos em que é necessário vender parte do negócio, seja por questões financeiras ou conflitos da gestão.

#### ❖ **Incorporação**

A incorporação de empresas é uma operação em que uma ou mais organizações são absorvidas por outra.

É muito semelhante à aquisição, mas, nesse caso, os patrimônios e bens da empresa-alvo são incorporados à compradora sem que ocorra nenhuma alteração da pessoa jurídica desta última.

Do mesmo modo, os colaboradores são transferidos à incorporadora sem a necessidade de novos contratos.

#### ❖ **Fusão**

Por fim, a fusão se diferencia das outras formas de consolidação de empresas por dar origem a uma nova empresa, independente daquelas que a formaram.

Também podemos classificar a fusão em cinco categorias diferentes:

- **Fusão horizontal:** ocorre entre empresas da mesma indústria, para aumentar a participação de mercado
- **Fusão vertical:** ocorre na união de empresas cujos negócios se complementam, buscando criar uma nova solução em conjunto
- **Conglomerado:** é a fusão de empresas que possuem atividades totalmente distintas, para aumentar a diversificação dos negócios
- **Fusão de extensão de mercado:** é a fusão entre duas ou mais empresas que oferecem o mesmo produto ou serviço, mas em mercados diferentes, procurando atingir uma base de clientes maior
- **Fusão de extensão de produto:** é a união entre duas ou mais empresas cujos produtos estão relacionados e operam no mesmo mercado, com o objetivo de expandir oportunidades.



## **6 Dicas para fazer uma boa fusão de empresas**

Para que tudo corra bem, é fundamental seguir as regras para fusão de empresas e conduzir etapas de identificação, análise e execução do negócio.

Confira algumas dicas para acertar na operação.

### **➤ Tenha um bom plano de execução**

O primeiro passo para conduzir uma boa fusão é ter um excelente plano de execução, que contemple todos os objetivos e estratégias da operação.

Esse plano deve identificar as ofertas e tecnologias-alvo, considerar fatores críticos de sucesso e definir todas as metas, prazos e responsáveis envolvidos.

### **➤ Avalie cuidadosamente o valor da empresa**

Para calcular quanto vale cada empresa, é preciso conduzir um processo minucioso de *valuation*, que consiste em uma avaliação quantitativa e sistematizada.

Para isso, você pode estimar o fluxo de caixa, avaliar os riscos e mensurar o potencial de retorno.

### **➤ Faça acordos claros**

A negociação da fusão é um processo delicado, que exige acordos muito claros entre os acionistas.

Por isso, é fundamental tomar decisões conjuntas e definir todas as responsabilidades e papéis em assembleia, com prazos fixados para o cumprimento de cada tarefa.

Assim, você consegue minimizar os imprevistos e vencer resistências durante o processo.

### **➤ Abra a comunicação**

Não é novidade que as reorganizações empresariais causam estresse e insegurança nos colaboradores e stakeholders das empresas participantes.

Afinal, uma das principais perguntas que rondam o processo é: na fusão de empresas, como ficam os funcionários?

Por isso, cabe a você abrir a comunicação e ser o mais transparente possível, mantendo todos informados sobre cada etapa da operação.

Inclusive, é importante promover os benefícios do processo e mostrar que a mudança pode ser muito positiva para funcionários, clientes, investidores e parceiros.

### ➤ **Delegue responsabilidades**

A liderança é crucial durante o processo de fusão, desde a tomada de decisão até a coordenação das equipes.

Logo, é fundamental que as responsabilidades sejam atribuídas a profissionais capacitados para conduzir a transição.

Para que a fusão transcorra sem problemas, é interessante dividir a nova estrutura em equipes menores, lideradas por embaixadores da nova cultura que nasce com a operação.

### ➤ **Integre os colaboradores**

A melhor forma de garantir um bom início de operação da nova empresa é começar integrando os colaboradores.

Esse processo requer comunicação constante, treinamentos e apoio contínuo às equipes para incentivar a colaboração, destacando os benefícios da fusão e dos novos procedimentos.

Os colaboradores devem encarar a mudança como uma oportunidade para crescer profissionalmente e ter mais caminhos para seguir na carreira, e não como uma ameaça à sua estabilidade.

Agora veremos um exemplo recente da fusão horizontal de duas companhias do segmento de shopping centers.

Em 06 de junho de 2019 as empresas Aliansce e a Sonae Sierra Brasil anunciaram o fechamento de um acordo de fusão das duas empresas. A união resultou na maior empresa do país em números de shopping centers, a empresa passou a se chamar Aliansce Sonae Shopping Centers S/A.

Com a fusão a empresa passou a ter um portfólio de 40 shoppings, sendo 29 próprios e os outros 11 administrados.

A operação visou promover a combinação dos negócios das companhias com o propósito de criar uma companhia líder no setor de shopping centers no Brasil.

Com a conclusão do negócio, as ações da Aliansce foram canceladas e novas ações ordinárias emitidas pela empresa resultante da fusão, que serão negociadas no segmento do Novo Mercado da B3 e serão atribuídas aos antigos acionistas da Aliansce.

Como resultado da fusão, a Aliansce passa a ter 67,90% do capital social total e votante da nova companhia, enquanto a Sonae Sierra terá 32,10%.

As companhias estimam as sinergias decorrentes da implementação da incorporação em R \$55 milhões a R\$ 70 milhões por ano. Enquanto isso, a Aliansce estima custos da operação em R\$ 27 milhões, enquanto a Sonae Sierra espera gastar R\$ 32 milhões. As duas ainda citam custos adicionais de R\$ 10 milhões no negócio.

Mais recentemente a empresa formada pela fusão das duas companhias anunciou uma nova fusão agora com a brMalls, caso essa fusão seja tão bem sucedida quanto a anterior a companhia resultante terá 69 shoppings e mais de 13 mil lojas.

Então a nova companhia seria a maior plataforma de shoppings da América Latina. Ela nasceria avaliada pelo mercado em R\$ 12 bilhões.

Uma vez que as ações de emissão da brMalls apresentam liquidez e dispersão no mercado, os acionistas da brMalls dissidentes na assembléia geral extraordinária da brMalls que deliberar sobre a operação não terão direito de retirada.

Os acionistas da Aliansce Sonae também não possuem direito de retirada nos termos da Lei das S/A.

### 3.1.2 *JOINT VENTURES*

Conforme o CPC 19 (R2) “controle conjunto” é o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle de negócio, que existe somente quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

A entidade que seja parte integrante do negócio deve avaliar se o acordo contratual dá a todas as partes integrantes, ou a um grupo de partes integrantes, o controle do negócio coletivamente. Todas as partes integrantes, ou grupo de partes integrantes, controlam o negócio coletivamente quando elas agem em conjunto para dirigir as atividades que afetam significativamente os retornos do negócio (ou seja, as atividades relevantes).

Uma vez tendo sido determinado que todas as partes integrantes, ou grupo de partes integrantes, controlam o negócio coletivamente, o controle conjunto existe somente quando decisões acerca das atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes integrantes que controlam o negócio coletivamente.

Em negócio em conjunto, nenhuma parte integrante controla individualmente o negócio. A parte integrante que detém o controle conjunto do negócio pode impedir que qualquer das outras partes integrantes, ou grupo de partes integrantes, controle o negócio.

Ainda de acordo com este Pronunciamento “negócio em conjunto” é caracterizado da seguinte maneira:

- Negócio em conjunto é um negócio do qual duas ou mais partes têm o controle conjunto.
- Negócio em conjunto tem as seguintes características:
  - a) As partes integrantes estão vinculadas por acordo contratual.
  - b) O acordo contratual dá a duas ou mais dessas partes integrantes o controle conjunto do negócio.
- Negócio em conjunto é uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto (**joint venture**).

A entidade deve determinar o tipo de negócio em conjunto com o qual está envolvida. A classificação de negócio em conjunto como empreendimento controlado em conjunto (**joint venture**) depende dos direitos e obrigações das partes integrantes do negócio.

### **O que é Joint Venture?**

Joint venture é um modelo de colaboração empresarial que consiste na união de duas ou mais empresas com o objetivo de executar um projeto ou criar uma nova empresa para explorar, de maneira eficiente, alguma atividade econômica.

As parcerias joint venture geralmente são firmadas por tempo determinado, podendo ser de curta ou longa duração.

Em alguns casos, uma joint venture pode também ser por tempo indeterminado, o que vai depender das condições firmadas em cada contrato.

Historicamente, joint venture é uma expressão de origem inglesa que pode ser traduzida como “aventura conjunta” ou “união de risco”.

Suas referências remetem aos contratos de navegação marítima anglo-saxões, por meio dos quais navegadores se uniam em busca do aumento dos lucros e redução dos custos do negócio.

O modelo de cooperação evoluiu com o tempo e foi incorporado também à realidade de empresas ferroviárias, petrolíferas e mineradoras.

Atualmente, é adotado por empresas de pequeno, médio e grande porte, seja para um propósito específico de curto prazo ou para projetos complexos de abrangência internacional.

### **Como funciona uma joint venture?**

Uma joint venture funciona como um acelerador de crescimento compartilhado, dadas as possibilidades de redução de gastos e aumento de rentabilidade.

Se bem estruturada, pode melhorar a competitividade e a eficiência das empresas participantes ao unir forças em torno de um objetivo comum.

Por meio de uma joint venture, companhias com habilidades complementares podem firmar um acordo com cooperação e crescer juntas.

Imagine o seguinte exemplo: uma indústria de laticínios de um determinado estado, com espaço na capacidade produtiva, deseja inserir seus produtos em outras regiões do país.

Ela pode tentar isso sozinha e enfrentar todos os desafios sem ajuda, como investimento em infraestrutura, logística, contratação de pessoal e concorrência.

Ou pode formar uma joint venture com outra empresa que atua nas regiões onde pretende entrar e que tenha acesso, por exemplo, aos pontos de venda.

### **Qual é o objetivo da joint venture?**

O principal objetivo da joint venture é o desenvolvimento mútuo. Ao unir forças, duas ou mais empresas têm condições de crescer e alcançar resultados que, talvez, não alcançariam individualmente. Um bom exemplo é a exploração do mercado internacional.

Cada país tem seu conjunto de regras, o que nem sempre facilita a vida de empresas estrangeiras. Companhias que queiram se instalar na China, por exemplo, buscam acordos de parceria com uma empresa chinesa para superar as barreiras burocráticas e legais.

Dentre outras situações, as joint ventures podem ser aplicadas visando:

- À exploração de novos mercados
- À redução de riscos
- Ao compartilhamento de custos com matéria-prima
- À transferência de tecnologia e know-how
- À superação de barreiras internacionais
- À capitalização.

Quando há associação de capital das co-ventures (empresas participantes), o acordo é classificado como “equity joint venture”. Quando não há associação de capital, a parceria é chamada de “non equity joint venture”.

É importante que todos os aspectos do acordo de colaboração, seja para a criação de uma nova empresa ou não, sejam claramente estabelecidos em contrato.

Pode ocorrer, por exemplo, de uma das partes entrar com o capital, e a outra, com a tecnologia. Ou uma fornecer o produto, e a outra viabilizar os canais de distribuição.

O objetivo da joint venture é somar forças, alinhar competências e compartilhar resultados. Mas se o acordo não for bem costurado, pode abrir brechas para divergências e transformar uma parceria promissora em uma grande dor de cabeça.

### **Vantagens e desvantagens dessa estratégia:**

Ferramenta flexível e de fácil constituição, a joint venture proporciona diversas vantagens ao desenvolvimento de novos negócios, mas também há desvantagens.

Vejam os a seguir:

#### **❖ Vantagens**

Dentre as principais vantagens, podemos destacar:

##### **1. Risco compartilhado**

Quando duas ou mais empresas se unem para criar um novo produto/serviço ou explorar um novo mercado, há riscos envolvidos na operação. Afinal, não há garantias de que a nova empreitada será, de fato, um sucesso. Sendo assim, o compartilhamento de risco é uma vantagem, já que eventuais prejuízos podem ser diluídos entre as partes, impactando menos a estrutura de cada co-venture.

##### **2. Investimento compartilhado**

O mesmo princípio se aplica ao investimento na nova empresa ou no novo negócio. Em vez de arcar com a totalidade dos aportes, uma empresa pode ficar responsável pela injeção de capital financeiro, e a outra, pela transferência de tecnologia.

##### **3. Acesso a novos mercados**

A joint venture pode ser útil para ampliar o market share das empresas parceiras, tanto nacional quanto internacionalmente. Principalmente em acordos internacionais, um parceiro no país destino da operação pode facilitar os trâmites legais, viabilizar a logística e captar clientes com mais eficiência.

#### **4. Otimização operacional**

Na área operacional, a joint venture também contribui para a redução de custos com matéria-prima, investimento em equipamentos de ponta e ganho de eficiência produtiva. No caso de empresas industriais, a redução do custo de produção influencia, por exemplo, os indicadores operacionais, melhorando os resultados.

#### **❖ Desvantagens**

Há também desvantagens nesse modelo de negócios, como as destacadas a seguir:

##### **1. Fracasso compartilhado**

Empreender é sempre uma atividade arriscada, mesmo que o negócio seja fruto de uma estratégia joint venture. O novo negócio formado pela parceria entre as empresas co-ventures pode fracassar e resultar em prejuízos para as partes envolvidas.

##### **2. Conflito entre os participantes**

Divergências quanto ao desempenho de papéis, execução de tarefas e tomadas de decisão podem prejudicar o desempenho do negócio. O conflito entre os participantes é uma das grandes causas de rompimento de acordos, inclusive unilateralmente. Dependendo da situação, a parceria que deveria ser de sucesso acaba se transformando em processo judicial, movido principalmente pela parte que se sente lesada na operação.

##### **3. Desalinhamento de metas**

As metas e objetivos precisam estar claras e bem explícitas no *agreement*, documento que detalha como se dará a implementação do projeto. Do contrário, pode haver um desalinhamento de metas e objetivos, frustrando as expectativas dos participantes.

##### **4. Quebra de confiança**

Cada participante de um acordo de parceria precisa agir de boa-fé e empenhar os melhores esforços para que o negócio seja um sucesso. Trata-se de uma estratégia que exige transparência e confiança. Pode ocorrer de algum integrante da joint venture estar interessado apenas em se aproveitar da tecnologia ou dos recursos financeiros. Parceiros pouco confiáveis também representam desvantagens para esse tipo de estratégia corporativa.

#### **Tipos de joint venture**



As joint ventures se dividem em diferentes classes, como nacionais e internacionais, temporária ou permanente, com e sem compartilhamento de capital financeiro. Do ponto de vista jurídico, há basicamente dois tipos: a joint venture contratual e a societária.

**A. Joint venture contratual** - Na joint venture contratual não há a criação de uma nova empresa, ou seja, não existe personalidade jurídica nem vínculos societários. É um modelo de parceria adotado por empresas que almejam um objetivo comum de curto/médio prazo, como a realização de um empreendimento específico.

Como não há a criação de uma nova empresa, apenas um contrato de colaboração, o trabalho, em geral, é executado pelas equipes das empresas participantes.

**B. Joint venture societária** - Na joint venture societária, há a criação de uma nova empresa com personalidade jurídica própria. É o caso de parcerias que buscam objetivos de longo prazo ou por prazos indeterminados, geralmente com aporte de capital das empresas participantes (equity joint venture).

A formação de uma joint venture societária exige ainda mais cautela quanto às funções e responsabilidade de cada integrante na nova empresa devido à complexidade da operação.

### **Exemplo de contrato joint venture**

Como não há uma exigência regulatória, o contrato joint venture pode ser elaborado e adaptado conforme o interesse das partes. O objetivo do documento é dar sustentação jurídica à parceria e formalizar adequadamente a colaboração empresarial.

Dentre as cláusulas que podem constar em um contrato dessa natureza, podemos destacar:

- Descrição das partes envolvidas
- Detalhamento do projeto ou do empreendimento de que trata a parceria joint venture
- Direitos, obrigações e responsabilidades das partes envolvidas na parceria, inclusive perante terceiros
- Detalhamento do modelo de joint venture adotado

- Previsão de investimento de capital, conhecimento técnico ou transferência de tecnologia (e por quem)
- Métodos de prestação de contas
- Situações em que a parceria possa ser alterada ou rescindida
- Legislação aplicável e foro de eleição.

A contabilização de aplicações em empreendimentos controlados em conjunto é regulada pelas IFRS. As demais contabilizações relativas a outros investimentos são tratadas de forma separada. As aplicações realizadas em empreendimentos controlados em conjunto possuem diversas características em comum com os investimentos que são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Neste, o investidor possui influência relevante sobre a empresa investida, contudo não possui o controle absoluto da empresa. Dessa forma, a consolidação total frequentemente não deve ser efetuada.

Com relação ao IAS 31, existem dois tipos de critérios contábeis que são aplicáveis, mesmo que não como opções reais às mesmas circunstâncias:

- Método de consolidação proporcional;
- Método de equivalência patrimonial.

A Instrução CVM 247/96, em harmonia com as normas internacionais de contabilidade, determinou a obrigação de procedimentos complementares detalhados relativos aos investimentos em sociedades controladas em conjunto sustentadas por companhias abertas. Dessa forma, obrigou as mesmas a apresentarem a consolidação proporcional. Em conformidade com a legislação, os métodos contábeis aplicados aos investimentos em joint ventures são regulados pelo CPC 19 – Participação em Empreendimentos Conjuntos.

Por meio da CVM e da Instrução 247/96, foram definidos os métodos referentes à consolidação das demonstrações contábeis das sociedades controladas de forma compartilhada. Você deve compreender que a aplicação é exigida apenas para as companhias investidoras de capital aberto que tenham investimentos em empresas controladas, inclusive as controladas em conjunto, conforme o artigo 21 da referida instrução:

**Art. 21.** Ao fim de cada exercício social, demonstrações contábeis consolidadas devem ser elaboradas por:

**I** - companhia aberta que possuir investimento em sociedades controladas, incluindo as sociedades controladas em conjunto referidas no artigo 32 desta Instrução; e

**II** - sociedade de comando de grupo de sociedades que inclua companhia aberta.

**Art. 22.** Demonstrações contábeis consolidadas compreendem o balanço patrimonial consolidado, a demonstração consolidada do resultado do exercício e a demonstração consolidada das origens e aplicações de recursos, complementadas por notas explicativas e outros quadros analíticos necessários para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados consolidados.

Definidos pela Instrução CVM 247/96 estão os principais aspectos:

**Art. 32.** Os componentes do ativo e passivo, as receitas e as despesas das sociedades controladas em conjunto deverão ser agregados às demonstrações contábeis consolidadas de cada investidora, na proporção da participação destas no seu capital social.

**Parágrafo 1º.** Considera-se controlada em conjunto aquela em que nenhum acionista exerce, individualmente, os poderes previstos no artigo 3º desta Instrução.

**Parágrafo 2º.** No caso de uma das sociedades investidoras passar a exercer direta ou indiretamente o controle isolado sobre a sociedade controlada em conjunto, a controladora final deverá passar a consolidar integralmente os elementos do seu patrimônio.

**Art. 33.** Em nota explicativa às demonstrações contábeis consolidadas, referidas no artigo anterior, deverão ser divulgados ainda o montante dos principais grupos do ativo, passivo e resultado das sociedades controladas em conjunto, bem como o percentual de participação em cada uma delas.

**Art. 34.** Aplica-se o disposto nos artigos 23 a 31 à elaboração das demonstrações contábeis consolidadas de sociedades controladas em conjunto, no que não colidir com as normas previstas nos artigos 32 e 33.

As demonstrações contábeis consolidadas e as notas explicativas poderão ser utilizadas como instrumento de pesquisa e de parecer dos auditores independentes. A companhia aberta que é filiada a um conjunto de entidades precisa apontar, por meio de notas explicativas às demonstrações contábeis, o período da divulgação das demonstrações contábeis consolidadas da entidade que está no comando do controle compartilhado.

## **3.2 ANÁLISE DAS NORMAS E PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS**

Um dos princípios contábeis mais importantes presentes nas demonstrações contábeis é a mensuração de valores presentes no Balanço Patrimonial. Tal princípio se justifica por representar de forma melhor, o valor recuperável (ativo) e o valor justo (passivo), impedindo que a demonstração seja “inflada” por operações de financiamento, por exemplo. Tais princípios possibilitam a análise e tomada de decisões econômicas, resultando numa melhor alocação de recursos da companhia (CPC 12, 2008).

Com relação à variação cambial, é permitido que uma entidade, na preparação de suas demonstrações contábeis individuais, ou uma entidade na preparação de suas demonstrações contábeis separadas, conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 35 – Demonstrações Separadas, apresente essas demonstrações contábeis em qualquer moeda (ou moedas). Caso a moeda de apresentação da entidade que reporta a informação difira da sua moeda funcional, seus resultados e posição financeira devem ser também convertidos para essa moeda de apresentação.

A seguir abordaremos estes assuntos de uma maneira mais aprofundada, seus conceitos, suas utilizações, as leis que os regem, para uma melhor compreensão.

### **3.2.1 AJUSTE A VALOR PRESENTE**

O conceito de valor presente leva em consideração a mensuração de ativos e passivos considerando o conceito de “valor do dinheiro no tempo” e a incerteza dos fluxos de caixa futuros, também as questões como juros, desvalorização da moeda e inflação, por exemplo. É através do Ajuste a Valor Presente que conseguimos mostrar, por exemplo, o valor atual dos bens da empresa, bem como suas dívidas, para possíveis investidores ou outros interessados no mercado.

Por lei, o ajuste a valor presente é realizado em pontos de ativos e passivos que são oriundos das operações de longo prazo. Os outros itens integrantes do balanço contábil, que são oriundos de operações de curto prazo, passarão por adaptações apenas quando houver algum efeito relevante nas demonstrações contábeis.

No entanto, é preciso se lembrar que de acordo com as normas internacionais de contabilidade, é proibido realizar descontos no valor presente para os valores de imposto de renda diferidos. Essa proibição também se aplica à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), uma vez que não é possível determinar com maior precisão em quais datas os valores serão realizados.

As contas de longo prazo, tanto de passivos quanto de ativos (Contas a Receber, Aplicações Financeiras, Empréstimos a Pagar, Passivo de Arrendamento etc.) estarão reconhecidas no balanço patrimonial da empresa, pelo valor líquido dessas operações, e seus respectivos detalhamentos em “Notas Explicativas”. Ou seja, essas operações serão reconhecidas pelo valor total futuro de seus custos, subtraídos de seus respectivos resultados financeiros (receitas e despesas com juros na operação).

Por sua vez, para mensurar o valor do ajuste (resultado financeiro comentado acima), são necessários três informações a respeito da operação:

1. O valor do fluxo futuro, ou seja, o valor do principal, somado com os juros;
2. O tempo dessa operação, a fim de que o juros seja calculado corretamente; e
3. A taxa de juros da operação, com o objetivo de trazer a valor presente a operação.

Para casos em que a taxa do contrato não seja explícita, deve ser utilizado a taxa praticada no mercado em transações com natureza, prazo e riscos semelhantes.

No balanço contábil da empresa, deverão ser ajustados a valor presente as seguintes informações:

- as informações de ativos permanentes;
- os estoques;
- o almoxarifado;
- os investimentos temporários em ouro;
- os investimentos temporários em ações;
- as despesas antecipadas, junto aos resultados de exercícios futuros;

- os direitos e as obrigações que precisam ser saldados em serviços ou bens da empresa.

O AVP, Ajuste a Valor Presente, trata-se de um cálculo realizado para identificar o valor atual de um bem ou de uma operação na escrituração contábil, a partir do momento de sua publicação, e sempre respeitando a obrigação, foi criada em 2007, pela Lei 11.638/2007, além das normas publicadas ao longo dos anos seguintes à lei.

O cálculo do ajuste a valor presente pode acontecer de duas formas diferentes:

- ajuste a valor presente de venda e compra;
- ajuste a valor presente mensal.

Vamos entender cada um deles separadamente.

**O ajuste a valor presente de venda e compra** é comumente realizado para corrigir o reconhecimento de despesas, receitas, estoques ou ativos imobilizados para que a venda e compra a prazo sejam devidamente calculados. Essa modalidade também é utilizada para conseguir apropriar corretamente os encargos e o provisionar os juros, calculando assim a competência de emissão e entrada de título.

No caso do **ajuste a valor presente mensal**, esse tipo de cálculo é comumente realizado quando há necessidade de reconhecimento da receita e/ou despesa financeira, além da baixa de justos ou encargos a serem apropriados para cada detalhe do cálculo. A intenção do ajuste a valor presente mensal é atualizar os valores correspondentes aos juros pelo financiamento de venda, por exemplo, ou de compras a prazo.

Conforme o CPC 12, quanto a **mensuração**:

A questão mais relevante para a aplicação do conceito de valor presente, nos moldes de Pronunciamento baseado em princípios como este, não é a enumeração minuciosa de quais ativos ou passivos são abarcados pela norma, mas o estabelecimento de diretrizes gerais e de metas a serem alcançadas. Nesse sentido, como diretriz geral a ser observada, ativos, passivos e situações que apresentarem uma ou mais das características abaixo devem estar sujeitos aos procedimentos de mensuração tratados neste Pronunciamento:

**(a)** transação que dá origem a um ativo, a um passivo, a uma receita ou a uma despesa (conforme definidos no Pronunciamento Conceitual Básico Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis

deste CPC) ou outra mutação do patrimônio líquido cuja contrapartida é um ativo ou um passivo com liquidação financeira (recebimento ou pagamento) em data diferente da data do reconhecimento desses elementos;

**(b)** reconhecimento periódico de mudanças de valor, utilidade ou substância de ativos ou passivos similares emprega método de alocação de descontos;

**(c)** conjunto particular de fluxos de caixa estimados claramente associado a um ativo ou a um passivo.

Ativos e passivos monetários com juros implícitos ou explícitos embutidos devem ser mensurados pelo seu valor presente quando do seu reconhecimento inicial, por ser este o valor de custo original dentro da filosofia de valor justo (fair value). Por isso, quando aplicável, o custo de ativos não monetários deve ser ajustado em contrapartida; ou então a conta de receita, despesa ou outra conforme a situação. A esse respeito, uma vez ajustado o item não monetário, não deve mais ser submetido a ajustes subseqüentes no que respeita à figura de juros embutidos. Ressalte-se que nem todo ativo ou passivo não-monetário está sujeito ao efeito do ajuste a valor presente; por exemplo, um item não monetário que, pela sua natureza, não está sujeito ao ajuste a valor presente é o adiantamento em dinheiro para recebimento ou pagamento em bens e serviços.

Quando houver pronunciamento específico do CPC que discipline a forma pela qual um ativo ou passivo em particular deva ser mensurado com base no ajuste a valor presente de seus fluxos de caixa, referido pronunciamento específico deve ser observado. A regra específica sempre prevalece à regra geral. Caso especial é o relativo à figura do Imposto de Renda Diferido Ativo e à do Imposto de Renda Diferido Passivo, objeto de Pronunciamento Técnico específico, mas que, conforme previsto nas Normas Internacionais de Contabilidade, não são passíveis de ajuste a valor presente, o que deve ser observado desde a implementação deste Pronunciamento.

Com relação aos empréstimos e aos financiamentos subsidiados, cabem as considerações a seguir. Por questões das mais variadas naturezas, não há mercado consolidado de dívidas de longo prazo no Brasil, ficando a oferta de crédito ao mercado em geral com essa característica de longo prazo normalmente limitada a um único ente governamental. Assim, excepcionalmente, até que surja um efetivo mercado competitivo de crédito de



longo prazo no Brasil, passivos dessa natureza (e ativos correspondentes no credor) não estão contemplados por este Pronunciamento como sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que tais empréstimos e financiamentos já estão sujeitos. Não estão abrangidas nesta exceção operações de longo prazo, mesmo que financiadas por entes governamentais que tenham características de subvenção ou auxílio governamental, tratadas no Pronunciamento Técnico CPC 07 – Subvenção e Assistência Governamental.

Outra questão relevante para fins de mensuração diz respeito à forma pela qual devem ser alocados em resultado os descontos advindos do ajuste a valor presente de ativos e passivos (juros). A abordagem corrente deve ser eleita como método de alocação de descontos por apresentar uma informação de qualidade a um custo desprezível para sua obtenção. Por essa sistemática, vale dizer, deve ser utilizada para desconto a taxa contratual ou implícita (para o caso de fluxos de caixa não contratuais) e, uma vez aplicada, deve ser adotada consistentemente até a realização do ativo ou liquidação do passivo.

#### **Características qualitativas:**

As características qualitativas da informação contábil que devem ser consideradas quando o assunto é avaliar ativos, levando em conta a incerteza dos fluxos de caixa futuros são a relevância e confiabilidade.

Emitir juízo de valor acerca do balanceamento ideal de uma característica em função da outra, caso a caso, deve ser um exercício recorrente para aqueles que preparam e auditam demonstrações contábeis. Do mesmo modo, o julgamento da relevância do ajuste a valor presente de ativos e passivos de curto prazo deve ser exercido por esses indivíduos, levando em consideração os efeitos comparativos antes e depois da adoção desse procedimento sobre itens do ativo, do passivo, do patrimônio líquido e do resultado. (CPC 12).

Objetivamente, sob determinadas circunstâncias, a mensuração de um ativo ou um passivo a valor presente pode ser obtida sem maiores dificuldades, caso se disponha de fluxos contratuais com razoável grau de certeza e de taxas de desconto observáveis no mercado. Por outro lado, pode ser que em alguns casos os fluxos de caixa tenham que ser estimados com alto grau de incerteza, e as taxas de desconto tenham que ser

obtidas por modelos voltados a tal fim. O peso dado para a relevância nesse segundo caso é maior que o dado para a confiabilidade, uma vez que não seria apropriado apresentar informações com base em fluxos nominais. Conforme seja o caso, a abordagem tradicional ou de fluxo de caixa esperado deve ser eleita como técnica para cômputo do ajuste a valor presente. (CPC 12).

Sobre o risco e a incerteza: **taxa de desconto:**

Taxas de desconto estão intrinsecamente ligadas a risco e incerteza, pois o Valor do Dinheiro no tempo deve ser considerado para efeito de valor presente, dependente da taxa de juros, que reflete o prêmio de risco do ativo (passivo).

Não podemos ignorar esse fato, sob pena de produzir informação contábil incompatível com o que seria uma representação justa e verdadeira da realidade econômica. Por outro lado, a mensuração dos prêmios de risco devem seguir metodologias bem definidas e amplamente aceitas, não sendo aceitos ajustes arbitrários para esses valores, mesmo com a justificativa de ausência de informações sobre os participantes de mercado, pois, assim procedendo, a informação é enviesada.

Em muitas situações, os modelos de precificação não podem ser aplicados com segurança para uma estimativa confiável do prêmio de risco ou, em sendo possível, o montante estimado pode ser relativamente pequeno se comparado a erros potenciais advindos da volatilidade na estimação dos fluxos de caixa.

Nesses casos, excepcionalmente, o valor presente dos fluxos de caixa esperados pode ser obtido com a adoção de uma taxa de desconto que expurga o prêmio de risco e que reflita unicamente a taxa de juros livre de risco da economia (No Brasil, a Taxa SELIC), desde que com divulgação clara do fato e das razões que levaram à utilização deste procedimento. A teoria de finanças se baseia no pressuposto que, em geral, os participantes de mercado são avessos ao risco, portanto exigem taxas de juros maiores para compensar riscos maiores.

Portanto, a contabilidade em sua busca pela visão justa e verdadeira, tem o objetivo de incluir o comportamento dos agentes econômicos do mercado, refletindo na mensuração contábil, por extensão o comportamento dos ativos e passivos expressando a volatilidade dos fluxos de caixa produzidos.

O processo utilizado para calcular riscos não é dos mais simples. Porém a teoria das finanças oferece alguns modelos que, embora apresentem suas limitações (todo modelo tem limitações), podem ser boas ferramentas, quando bem utilizados, para tal fim. O modelo de Precificação de Ativos de Capital (CAPM - Capital Assets Pricing Model) leva em conta os betas (Contribuição do risco do ativo para o risco da carteira de mercado) para mensurar o nível de risco de mercado.

Um dos pressupostos que norteiam a estrutura conceitual das demonstrações contábeis diz respeito aos **custos e benefícios** para a geração da informação útil. Os benefícios têm que superar os custos para que a produção da informação contábil útil seja viável economicamente.

Uma informação prestada pode alcançar inúmeros usuários e gerar, por vezes, benefícios por mais de um exercício social, ao passo que o custo de produzi-la é incorrido em um único momento. Ademais, podem ocorrer ganhos em termos de eficiência, à medida em que dita informação vai sendo prestada com maior frequência. (CPC 12).

**Passivos não contratuais** apresentam características que os tornam mais complexos para fins de mensuração do valor presente. O nível de incerteza nas previsões de fluxos de caixa são bastante acentuadas. Portanto, é necessário um senso crítico bastante apurado para traçar os cenários probabilísticos que vão determinar os fluxos de caixa futuros dos passivos. O reconhecimento de provisões e passivos está disciplinado no ambiente contábil brasileiro (CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes).

São contempladas as obrigações legais e as não formalizadas (estas últimas também denominadas pela Teoria Contábil Normativa como “obrigações justas ou construtivas”), que nada mais são do que espécies do gênero “passivo não contratual”.

Obrigações justas resultam de limitações éticas ou morais e, não, de restrições legais. Já as obrigações construtivas decorrem de práticas e costumes. Garantias concedidas a clientes discricionariamente, assistência financeira frequente 129 a comunidades nativas situadas em regiões nas quais sejam desenvolvidas atividades econômicas exploratórias, entre outros, são alguns exemplos.

O desconto a valor presente é requerido quer se trate de passivos contratuais, quer se trate de passivos não contratuais, sendo que a taxa de desconto necessariamente deve considerar o risco de crédito da entidade.

A obrigação para retirada de serviço de ativos de longo prazo, qualificada pela literatura como Asset Retirement Obligation (ARO), é um exemplo de passivo não contratual já observado em companhias que atuam no segmento de extração de minérios metálicos, de petróleo e termonuclear, ajustando-o a valor presente. (CPC 12).

Quanto ao **efeitos fiscais** o CPC 12 aborda o seguinte:

Para fins de desconto a valor presente de ativos e passivos, a taxa a ser aplicada não deve ser líquida de efeitos fiscais e, sim, antes dos impostos. No tocante às diferenças temporárias observadas entre a base contábil e fiscal de ativos e passivos ajustados a valor presente, essas diferenças temporárias devem receber o tratamento requerido pelas regras contábeis vigentes para reconhecimento e mensuração de imposto de renda e contribuição social diferidos.

As evidências em notas explicativas devem ser prestadas de forma que permitam aos usuários a obtenção de informações que levem ao entendimento das mensurações a valor presente levadas a efeito nas demonstrações contábeis.

É fundamental que a entidade que reporta a informação faça a descrição detalhada do item objeto da mensuração a valor presente, das características de seus fluxos de caixa (contratuais ou não) e, se aplicável, o seu valor justo de entrada cotado a preço de mercado.

É importante ressaltar a necessidade de colocar em notas explicativas às premissas utilizadas pela administração como taxas de juros decompostas pelos incrementos de prêmios e os fatores de risco que motivaram esses prêmios (Taxa de juro livre de risco, Taxa de risco país, risco de mercado, risco de crédito, etc.), valores monetários dos fluxos de caixa estimados ou séries de montantes dos fluxos de caixa estimados, o horizonte temporal estimado considerado para a mensuração, as expectativas em termos de montante e temporalidade dos fluxos ponderados pelas suas probabilidades de ocorrência e outras informações relevantes.

Abaixo um exemplo de nota explicativa do manual de central de resultados referente ao ano de 2021, da empresa Aliansce Sonae.

**Aliansce Sonae Shopping Centers S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

**2. Apresentação das demonstrações financeiras e políticas contábeis--  
Continuação****2.12. Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

### **3.2.2 VARIAÇÃO CAMBIAL**

Ao realizar as demonstrações contábeis, toda entidade, seja de forma isolada, com operações no exterior (controladora) ou entidade no exterior (controlada e filial,) deve determinar sua moeda funcional, que trata-se da moeda econômica principal da entidade. Estas devem converter os valores de suas demonstrações contábeis que estejam expressos em moedas estrangeiras para sua moeda funcional.

O CPC 02 (R2) aponta que: uma entidade pode manter atividades em moeda estrangeira de duas formas. Ela pode ter transações em moedas estrangeiras ou pode ter operações no exterior. Adicionalmente, a entidade pode apresentar suas demonstrações contábeis em uma moeda estrangeira.

De acordo com este Pronunciamento Técnico, os seguintes termos são usados com os significados abaixo descritos:

- Taxa de fechamento é a taxa de câmbio à vista vigente ao término do período de reporte.
- Variação cambial é a diferença resultante da conversão de um número específico de unidades em uma moeda para outra moeda, a diferentes taxas cambiais.
- Taxa de câmbio é a relação de troca entre duas moedas.data de mensuração.
- Moeda estrangeira é qualquer moeda diferente da moeda funcional da entidade.
- Entidade no exterior é uma entidade que pode ser controlada, coligada, empreendimento controlado em conjunto ou filial, sucursal ou agência de uma entidade que reporta informação, por meio da qual são desenvolvidas atividades que estão baseadas ou são conduzidas em um país ou em moeda diferente daquelas da entidade que reporta a informação.
- Grupo econômico é uma entidade controladora e todas as suas controladas.
- Itens monetários são unidades de moeda mantidas em caixa e ativos e passivos a serem recebidos ou pagos em um número fixo ou determinado de unidades de moeda.
- Investimento líquido em entidade no exterior é o montante que representa o interesse (participação na maior parte das vezes) da entidade que reporta a informação nos ativos líquidos dessa entidade.
- Moeda de apresentação é a moeda na qual as demonstrações contábeis são apresentadas.
- Taxa de câmbio à vista é a taxa de câmbio normalmente utilizada para liquidação imediata das operações de câmbio.
- Moeda funcional é a moeda do ambiente econômico principal no qual a entidade opera.

O ambiente econômico principal no qual a entidade opera é normalmente aquele em que principalmente ela gera e despense caixa, ou seja, onde a empresa auferir receitas e realiza despesas de forma mais significativa.

Isso significa que uma empresa pode operar no Brasil, mas se todas suas receitas forem em dólar, seus custos, despesas com salários e outras despesas também forem em dólar, sua moeda funcional será o dólar e não o real.

O CPC 02 detalha a definição da moeda funcional sendo:

O ambiente econômico principal no qual a entidade opera é normalmente aquele em que principalmente ela gera e despende caixa. A entidade deve considerar os seguintes fatores na determinação de sua moeda funcional:

- ❖ **(a)** a moeda:
  - (i)** que mais influencia os preços de venda de bens e serviços (geralmente é a moeda na qual os preços de venda para seus bens e serviços estão expressos e são liquidados); e
  - (ii)** do país cujas forças competitivas e regulações mais influenciam na determinação dos preços de venda para seus bens e serviços;
- ❖ **(b)** a moeda que mais influencia fatores como mão de obra, matéria-prima e outros custos para o fornecimento de bens ou serviços (geralmente é a moeda na qual tais custos estão expressos e são liquidados).

Os seguintes fatores também podem servir como evidências para determinar a moeda funcional da entidade:

- (a)** a moeda por meio da qual são originados recursos das atividades de financiamento (exemplo: emissão de títulos de dívida ou ações).
- (b)** a moeda por meio da qual os recursos gerados pelas atividades operacionais são usualmente acumulados.

Os seguintes fatores adicionais devem ser considerados na determinação da moeda funcional de entidade no exterior, e também devem sê-los para avaliar se a moeda funcional dessa entidade no exterior é a mesma daquela utilizada pela entidade que reporta a informação (no caso em tela, a entidade que reporta a informação é aquela que possui uma entidade no exterior por meio de controlada, filial, sucursal, agência, coligada ou empreendimento controlado em conjunto):

- (a)** se as atividades da entidade no exterior são executadas como extensão da entidade que reporta a informação e, não, nos moldes em que lhe é conferido um grau significativo de autonomia. Um exemplo para ilustrar a primeira figura é quando a entidade no exterior somente vende bens que são importados da

entidade que reporta a informação e remete para esta o resultado obtido. Um exemplo para ilustrar a segunda figura é quando a entidade no exterior acumula caixa e outros itens monetários, incorre em despesas, gera receita e angaria empréstimos, tudo substancialmente em sua moeda local;

**(b)** se as transações com a entidade que reporta a informação ocorrem em uma proporção alta ou baixa das atividades da entidade no exterior;

**(c)** se os fluxos de caixa advindos das atividades da entidade no exterior afetam diretamente os fluxos de caixa da entidade que reporta a informação e estão prontamente disponíveis para remessa para esta;

**(d)** se os fluxos de caixa advindos das atividades da entidade no exterior são suficientes para pagamento de juros e demais compromissos, existentes e esperados, normalmente presentes em título de dívida, sem que seja necessário que a entidade que reporta a informação disponibilize recursos para servir a tal propósito.

A moeda funcional da entidade reflete as transações, os eventos e as condições subjacentes que são relevantes para ela. Assim, uma vez determinada, a moeda funcional não deve ser alterada a menos que tenha ocorrido mudança nas transações, nos eventos e nas condições subjacentes.

O CPC 02 também apresenta a transação em moeda estrangeira na moeda funcional:

Uma transação em moeda estrangeira é a transação que é fixada ou requer sua liquidação em moeda estrangeira, incluindo transações que são originadas quando a entidade:

**(a)** compra ou vende bens ou serviços cujo preço é fixado em moeda estrangeira;

**(b)** obtém ou concede empréstimos, quando os valores a pagar ou a receber são fixados em moeda estrangeira; ou

**(c)** de alguma outra forma, adquire ou desfaz-se de ativos, ou assume ou liquida passivos fixados em moeda estrangeira.

Uma transação em moeda estrangeira deve ser reconhecida contabilmente, no momento inicial, pela moeda funcional, mediante a aplicação da taxa de câmbio à vista entre a moeda funcional e a moeda estrangeira, na data da transação, sobre o montante em moeda estrangeira.



A data da transação é a data a partir da qual a transação se qualifica para fins de reconhecimento, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Por motivos práticos, a taxa de câmbio que se aproxima da taxa vigente na data da transação é usualmente adotada, como, por exemplo, a taxa de câmbio média semanal ou mensal que pode ser aplicada a todas as transações, em cada moeda estrangeira, ocorridas durante o período. Contudo, se as taxas de câmbio flutuarem significativamente, a adoção da taxa de câmbio média para o período não é apropriada.

O método de conversão adotado pelo IAS21 (CPC 02 – R2) é o método da taxa corrente.

- a)** Os ativos e passivos serão convertidos pela taxa cambial de fechamento (Taxa corrente) na data do balanço;
- b)** O Patrimônio Líquido inicial será o PL do período anterior conforme conversão feita à época;
- c)** As mutações do Patrimônio Líquido deverão ser convertidas pelas taxas históricas (nas datas em que ocorreram as transações);
- d)** As receitas e despesas da DRE serão convertidas com a taxa cambial em vigor nas datas das transações ou, quando possível, pela taxa média do período; e
- e)** As variações cambiais resultantes dos itens “a” até “d” acima descritos em conta específica dentro do Patrimônio Líquido.

O principal objetivo da conversão das demonstrações contábeis é o de tornar a informação mais compreensível para usuários externos que tem em seu país uma moeda diferente da moeda funcional da entidade.

Isso faz com que um investidor na China entenda de forma razoável se o número apresentado na demonstração é um bom número ou não.

Existem moedas, como o Florin Húngaro que vale R\$ 0,0018 centavos de real na cotação de 3/09/2021. Então para um investidor sediado naquele país ter uma noção mais exata sobre a saúde financeira da empresa a moeda de apresentação deve ser convertida da moeda funcional para a moeda de apresentação em que ele está mais familiarizado, que no caso é a moeda de seu país.

Para converter uma demonstração contábil para uma outra moeda de apresentação devemos seguir os seguintes passos abaixo:

- **Passo 1:** Para o Ativo e passivo deve-se utilizar a taxa de fechamento da data do balanço
- **Passo 2:** Para o patrimônio líquido deve-se utilizar a taxa histórica, ou seja, a taxa de conversão da data em que foi contabilizado o item no PL.
- **Passo 3:** Para a demonstração do resultado do exercício deve ser usada a taxa da data da transação, sendo aceitável também utilizar uma taxa média desde que as vendas sejam distribuídas normalmente e a taxa também não apresente alterações que possam distorcer os dados
- **Passo 4:** Após realizar as conversões dos passos anteriores o Balanço Patrimonial não vai bater. O Ativo não será igual ao Passivo + PL. Isso ocorre porque foram utilizadas diferentes taxas na conversão da moeda funcional para outra moeda.

Nesse caso, existe a conta Ajustes Acumulados de Conversão. É uma conta do Patrimônio Líquido e a diferença apontada na conversão de cada período deverá ser contabilizada nesta conta.

Em suas notas explicativas no manual de central de resultados referente ao ano de 2021, a empresa Aliansce Sonae informa o seguinte quanto ao risco cambial da empresa:

## **Aliansce Sonae Shopping Centers S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação  
31 de dezembro de 2021 e 2020  
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

### **5. Gestão de risco financeiro--Continuação**

#### **5.1. Fatores de risco financeiro--Continuação**

##### III) Risco de mercado

A Companhia assim como o segmento de varejo está exposta ao risco inflacionário, uma vez que este faz pressão na renda das famílias podendo, em consequência, reduzir o consumo no varejo. Nos modelos de projeção utilizados para determinação das estratégias da Companhia, diferentes níveis de inflação são utilizados de modo a se estabelecer cenários para o desenvolvimento da Companhia.

Outro risco a que a Companhia está exposta é o aumento das taxas de juros e dos índices de preço, uma vez que a Companhia capta financiamentos indexados a estes. Contudo, com o objetivo de mitigar esse efeito no médio e longo prazo, a Companhia sempre que possível opta por indexadores de baixa volatilidade de modo a poder estimar mais precisamente seus desembolsos futuros.

O risco de mercado é dividido em risco cambial, risco de taxa de juros e risco de valor justo.

##### a) *Risco cambial*

A Companhia não possui riscos cambiais uma vez que todas as transações de recebimentos e pagamentos são realizadas em moeda nacional. Adicionalmente, a Companhia também não possui ativos e passivos sujeitos à variação de moeda estrangeira.

## **3.3 CONTEÚDO DA FORMAÇÃO PARA A VIDA: ATUANDO GLOBALMENTE**

Conforme mencionado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, “desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, garantindo a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações”.

É cada vez mais importante a conscientização dos seres humanos quanto a utilização dos recursos naturais que estão cada dia mais escassos.

Neste tópico comentaremos os efeitos que estamos provocando no mundo e o que podemos fazer para amenizar todos os prejuízos que já foram causados, para que as gerações futuras possam usufruir dos recursos que usufruímos hoje.

### **3.3.1 ATUANDO GLOBALMENTE**

#### **► Como valorizar o local pensando globalmente**

Cada dia que passa as questões ambientais se tornam cada vez mais urgentes.

Será que paramos realmente para pensarmos sobre a nossa contribuição e responsabilidade quanto a sustentabilidade? Mas afinal o que é sustentabilidade?

Sustentabilidade é a capacidade de usufruir dos recursos naturais presentes no planeta sem comprometer o uso dos mesmos para as gerações futuras.

A partir da consciência de que transformamos de diversas maneiras e em grande escala tudo que nos cerca, temos a responsabilidade de moldar nossas atitudes.

Temos que ter cravado em nossas mentes de que temos recursos renováveis e não renováveis, e que estes recursos não renováveis são essenciais para a sobrevivência de todo ser vivo. É nossa obrigação cuidarmos para que eles não se esgotem.

Se muitos de nós ao redor do mundo tivermos os mesmos hábitos e repensarmos o consumo, contribuimos ativamente para a conservação do meio ambiente.

Adotarmos o RE - use

RE - duza

RE - cicle em nosso cotidiano fará uma grande diferença na situação atual. Devemos sempre pensarmos no hoje e no amanhã, pois todas as nossas atitudes e hábitos resultam em alguma alteração no meio ambiente.

Por isso devemos pensar em um todo e não individualmente.

### ► Entendendo a biodiversidade

Biodiversidade diz respeito, entre outros fatores, à variedade de seres vivos de um local. O Brasil destaca-se como uma das regiões do planeta com maior biodiversidade.

Muitas espécies de seres vivos são encontradas em diferentes áreas do planeta, outras espécies, no entanto, são encontradas em apenas uma região.

De acordo com o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade, o Brasil é o país que detém a maior biodiversidade da flora e fauna do planeta.

a biodiversidade é importante em diversos aspectos. De acordo com a “Convenção sobre diversidade biológica, a biodiversidade apresenta valores ecológico, genético, social, econômico, científico, educacional, cultural, recreativo e estético.

No que diz respeito à importância ecológica, os motivos são claros: cada espécie do planeta apresenta um papel no ecossistema. Quando uma espécie entra em extinção, todo o ecossistema local é impactado.

A biodiversidade apresenta também importância econômica, pois como sabemos, os seres vivos são importante matéria-prima na fabricação de alimentos, medicamentos, cosméticos, vestimentas e até habitação.

Apesar de saber da importância da biodiversidade, o ser humano ainda é responsável pela sua destruição, a poluição, o desmatamento e a exploração exagerada são algumas ações responsáveis pela redução da biodiversidade do planeta.

### ► Por que chove em alto mar?

A maioria dos cientistas, quando pensa ou fala sobre a parte viva da Terra, chama-a de biosfera. Para os autores que defendem a Teoria de Gaia, esta é um invólucro esférico fino de matéria que cerca o interior incandescente da Terra. Inclui a biosfera e é um sistema fisiológico dinâmico que vem mantendo nosso planeta apto para a vida há mais de três bilhões de anos. Gaia é um sistema fisiológico porque parece dotada do objetivo inconsciente de regular o clima e a química em um estado confortável para a vida.

A vida na Terra começou há 3 ou 4 bilhões de anos. Naquela época prematura, o Sol era provavelmente 25% menos luminoso do que hoje. O aparecimento de oxigênio foi um evento tão importante na história de Gaia como a puberdade na vida dos seres humanos. Ele impeliu o desenvolvimento de células vivas muito complexas, e permitiu que a Terra conservasse seus oceanos, agindo como uma barreira contra a perda de hidrogênio para o espaço (LOVELOCK. 2006. p.47-48) Parafrazeando Lovelock (2006) é importante esclarecer que a metáfora terra viva não tem relação alguma com uma forma sensível, ou mesmo viva como um animal, é conveniente ampliarmos a definição um tanto sentenciosa e limitada da vida como algo que se reproduz e corrige os erros da reprodução por seleção natural entre 4 progênie. Daqui cerca de 1 bilhão de anos, e muito antes do fim da vida solar, o calor recebido pela Terra será superior a 2 quilowatts por metro quadrado, mais do que Gaia que conhecemos consegue suportar. Ela morrerá de superaquecimento. Gaia regula sua temperatura perto do ideal para qualquer tipo de vida que a esteja habitando. Mas, como muitos sistemas reguladores têm uma meta, ela tende a ultrapassar o alvo do lado oposto ao seu forçamento. A terra não pega fogo, mas se torna quente o bastante para derreter a maioria do gelo da Groenlândia e parte do gelo da Antártida ocidental. Aos oceanos do mundo será então acrescentada água suficiente para elevar os níveis do mar em 14 metros. É triste pensar que quase todos os grandes centros urbanos atuais estão abaixo do que, em um mero piscar de olhos do tempo geológico, poderia ser a superfície do oceano. (LOVELOCK. 2006 p.52) Gaia está velha e não tem muito tempo de vida. O aquecimento do Sol, em termos de Gaia, logo será excessivo para animais, plantas e muitas das formas microbianas de vida. Acho improvável que bactérias tolerantes ao calor, termófilos vivendo nos oásis de um mundo deserto, seriam abundantes o suficiente para formar a massa crítica de seres vivos necessária a Gaia. Também é improvável que o tipo de Terra que conhecemos agora venha a durar ainda que uma fração daqueles bilhões de anos. O dano causado por um impacto de meteorito, ou mesmo por uma civilização industrial futura, pode levar Gaia primeiro a um dos estados mais quentes e temporariamente estáveis e, finalmente, ao seu colapso final. (LOVELOCK. 2006 p. 53) Gaia está ficando zangada, e se eles não tomarem jeito, ela os expulsará. Não há razão para achar que o que estamos fazendo destruirá Gaia, mas se continuarmos deixando as coisas como estão, nossa espécie poderá nunca mais desfrutar o mundo viçoso e verdejante que tínhamos há apenas cem anos. Quem corre mais risco é a civilização; os seres humanos são resistentes o suficiente para que casais procriadores sobrevivam, e Gaia é ainda mais resistente. O

que estamos fazendo a enfraquece, mas dificilmente a destruirá. Ela sobreviveu a catástrofes enormes em seus 3 bilhões de anos ou mais de vida. (LOVELOCK. 2006 p. 65) A julgar pela quantidade de vida, Gaia parece gostar do frio, possível razão por que, na maior parte dos últimos 2 milhões de anos, e talvez por muito mais tempo, a Terra tenha estado em uma era glacial. Acho importante reconhecermos que uma Terra quente é uma terra enfraquecida. No planeta quente, a vida oceânica se restringe às 5 bordas continentais, e as regiões desertas em terra são bem mais extensas. (LOVELOCK. 2006 p. 69) Resta pouco tempo para evitarmos as mudanças desastrosas previstas por Gaia. Ações para uma retirada sustentável Gisbert Glaser (apud LOVELOCK 2006 p.16) define “O desenvolvimento sustentável é um alvo móvel, Representa o esforço constante em equilibrar e integrar os três pilares do bem-estar social, prosperidade econômica e proteção ambiental em benefício das gerações atual e futura.” A Terra de fato se regula, mas devido ao tempo decorrido para coletar os dados, descobrimos tarde demais que a regulação estava falhada e o sistema da Terra rapidamente se aproximava do estado crítico em que toda a sua vida corre perigo. (LOVELOCK. 2006 p. 19) Daí ser tarde demais para o desenvolvimento sustentável; precisamos é de uma retirada sustentável. Gaia é real na medida em que temos uma terra auto-reguladora, mas com um reconhecimento crescente de que muitos fenômenos naturais são incompreensíveis e não podem ser explicados em termos reducionistas clássicos – fenômenos como a consciência, a vida, a emergência da auto manutenção do equilíbrio e uma lista crescente de acontecimentos no mundo da física quântica. É hora, de os teólogos compartilharem com os cientistas sua palavra maravilhosa, “inefável”, palavra que expressa o pensamento de Deus que está em todas as partes, mas é incompreendido. (LOVELOCK. 2006 p. 133) Para Lovelock (2006. p 135) a raiz de nossos problemas com o meio ambiente está na falta de uma limitação ao crescimento da população. Ultrapassou 6 bilhões, cifra totalmente insustentável no estado atual de Gaia, ainda que tivéssemos vontade e capacidade de reduzir nossa pressão sobre ela. Se conseguirmos superar a ameaça autogerada de mudança climática mortal, provocada por nossa destruição maciça de ecossistemas e poluição global, nossa próxima tarefa será assegurar que nossos números sejam sempre condizentes com nossa capacidade, e de Gaia, de alimentá-los. É nosso dever sagrado para com o planeta – para com Gaia – alterar a ordem de nossos valores, de modo que nossa primeira preocupação seja a limpeza das águas, a proteção do solo e o cuidado com as árvores. (TODD. 2001. p.135)

6 Tenho consciência de que vivemos num mundo de violência, fome, devastação do

meio ambiente e de desigualdade. Para a maioria de nós, pode parecer muito difícil encontrar algumas linhas de ação e interação em favor de nosso planeta e de nós próprios. Mas creio que toda essa situação pode mudar se nossa economia se tornar ecológica. Devemos seguir o exemplo. (TODD. 2001. p.135) Para Lovelock (2006 p.24) de todos os recursos de energia elétrica, biocombustíveis, energia eólica, fontes renováveis, combustíveis fósseis, carvão, petróleo e a energia nuclear, esta última é a solução e o remédio que sustenta uma fonte constante e segura de eletricidade, para manter acesas as lâmpadas da civilização até que estejam disponíveis a fusão limpa e perene – a energia que alimenta o Sol – e a energia renovável. Precisamos vencer nossos temores e aceitar a energia nuclear como uma fonte segura e comprovada com o mínimo de consequências globais. Para Lovelock (2006) a ironia disso tudo é que nós, do mundo desenvolvido, somos os principais poluidores, as pessoas mais destrutivas do planeta, e embora disponhamos do dinheiro e dos meios para impedir a Terra de transpor o limite mortal que tornará a mudança global irreversível, somos paralisados pelo medo. Franklin Roosevelt disse: “Não temos nada a temer, a não ser o próprio medo”. (LOVELOCK. 2006. p.99) Provocaram-se esse desenvolvimento desorganizado sobre a terra sem temer suas consequências, precisamos nos adaptar aos riscos sujeitos para minimizar a progressão da “doença” de Gaia. Para Margullis (2001 p.100) quanto mais se aprende sobre a Terra, mais se percebe que a superfície do nosso planeta foi grandemente alterada em razão da origem, da evolução e do desenvolvimento da vida sobre ela. À medida que se expande, a vida altera a composição, a temperatura e a natureza química da atmosfera e a composição, a estrutura e a diversidade da superfície da Terra.

### ► O aquecimento global é provocado pelo homem?

Aquecimento global é o aumento da temperatura média dos oceanos e da camada de ar próxima à superfície da Terra que pode ser consequência de causas naturais e atividades humanas. Isto se deve principalmente ao aumento das emissões de gases na atmosfera que causam o efeito estufa, principalmente o dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>).

### O que é Efeito Estufa?



O Efeito estufa corresponde a uma camada de gases que cobre a superfície da terra, essa camada composta principalmente por gás carbônico (CO<sup>2</sup>), metano (CH<sub>4</sub>), N<sup>2</sup>O (óxido nitroso) e vapor d'água, é um fenômeno natural fundamental para manutenção da vida na Terra, pois sem ela o planeta poderia se tornar muito frio, inviabilizando a sobrevivência de diversas espécies.

Normalmente parte da radiação solar que chega ao nosso planeta é refletida e retorna diretamente para o espaço, outra parte é absorvida pelos oceanos e pela superfície terrestre e uma parte é retida por esta camada de gases que causa o chamado efeito estufa. O problema não é o fenômeno natural, mas o agravamento dele. Como muitas atividades humanas emitem uma grande quantidade de gases formadores do efeito estufa (GEEs), esta camada tem ficado cada vez mais espessa, retendo mais calor na Terra, aumentando a temperatura da atmosfera terrestre e dos oceanos e ocasionando o aquecimento global.

### **Quais as principais consequências do aquecimento global?**

São várias as consequências do aquecimento global e algumas delas já podem ser sentidas em diferentes partes do planeta. Os cientistas já observam que o aumento da temperatura média do planeta tem elevado o nível do mar devido ao derretimento das calotas polares, podendo ocasionar o desaparecimento de ilhas e cidades litorâneas densamente povoadas. E há previsão de uma frequência maior de eventos extremos climáticos (tempestades tropicais, inundações, ondas de calor, seca, nevascas, furacões, tornados e tsunamis) com graves consequências para populações humanas e ecossistemas naturais, podendo ocasionar a extinção de espécies de animais e de plantas.

### **Quais as causas das mudanças climáticas e do aquecimento global?**

As mudanças climáticas podem ter causas naturais como alterações na radiação solar e dos movimentos orbitais da Terra ou podem ser consequência das atividades humanas.

O Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), órgão das Nações Unidas, responsável por produzir informações científicas, afirma que há 90% de certeza que o aumento de temperatura na Terra está sendo causado pela ação do homem.

A partir da Revolução Industrial o homem passou a emitir quantidades significativas de gases de efeito estufa (GEE), em especial o dióxido de carbono. Neste período, a concentração original de 280 ppm<sup>4</sup> deste gás cresceu até os atuais 400 ppm<sup>5</sup>, intensificando significativamente o efeito estufa. Assim, as atividades humanas passaram a ter influência importante nas mudanças climáticas.

### **Quais as principais atividades humanas que causam o aquecimento global?**

Entre as principais atividades humanas que causam o aquecimento global e consequentemente as mudanças climáticas, a queima de combustíveis fósseis (derivados do petróleo, carvão mineral e gás natural) para geração de energia, atividades industriais e transportes; conversão do uso do solo; agropecuária; descarte de resíduos sólidos (lixo) e desmatamento. Todas estas atividades emitem grande quantidade de CO<sup>2</sup> e de gases formadores do efeito estufa.

No Brasil, as mudanças do uso do solo e o desmatamento são responsáveis pela maior parte das nossas emissões e faz o país ser um dos líderes mundiais em emissões de gases de efeito estufa. Isto porque as áreas de florestas e os ecossistemas naturais são grandes reservatórios e sumidouros de carbono por sua capacidade de absorver e estocar CO<sup>2</sup>. Mas quando acontece um incêndio florestal ou uma área é desmatada, esse carbono é liberado para a atmosfera, contribuindo para o efeito estufa e o aquecimento global. Mas as emissões de GEE por outras atividades como agropecuária e geração de energia vem aumentando consideravelmente ao longo dos anos.

### **Quais são os principais gases de efeito estufa (GEE)?**

Os principais gases de efeito estufa são o dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>), o metano e o óxido nítrico. O CO<sub>2</sub> é o gás que tem maior contribuição para o aquecimento global, pois representa mais de 70% das emissões de GEE e o seu tempo de permanência é de no mínimo cem anos, resultando em impactos no clima ao longo de séculos. A

quantidade de metano (CH<sub>4</sub>) emitida para a atmosfera é bem menor, mas seu potencial de aquecimento é vinte vezes superior ao do CO<sub>2</sub>. No caso do óxido nitroso e dos clorofluorcarbonos (CFCs), suas concentrações na atmosfera são menores, mas o seu poder de reter calor é de 310 a 7.100 vezes maior do que o do CO<sub>2</sub>.

### **Quais são os países que mais emitem gases de efeito estufa?**

Historicamente, por conta do desenvolvimento industrial, os países desenvolvidos têm sido responsáveis pela maior parte das emissões de GEE, mas os países em desenvolvimento vêm aumentando consideravelmente suas emissões. Atualmente, a China ocupa o primeiro lugar do ranking, seguido por Estados Unidos, União Europeia e pelo Brasil.

### **E o que podemos fazer para combater o aquecimento global?**

Existem várias maneiras de reduzir as emissões dos gases de efeito estufa e os efeitos no aquecimento global. Diminuir o desmatamento, investir no reflorestamento e na conservação de áreas naturais, incentivar o uso de energias renováveis não convencionais (solar, eólica, biomassa e Pequenas Centrais Hidrelétricas), preferir utilizar biocombustíveis (etanol, biodiesel) a combustíveis fósseis (gasolina, óleo diesel), investir na redução do consumo de energia e na eficiência energética, reduzir, reaproveitar e reciclar materiais, investir em tecnologias de baixo carbono, melhorar o transporte público com baixa emissão de GEE, são algumas das possibilidades. E estas medidas podem ser estabelecidas através de políticas nacionais e internacionais de clima.

### **O que faz a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima?**

A Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, em inglês) é uma base de cooperação internacional em que os seus países membros buscam estabelecer políticas para reduzir e estabilizar as emissões de gases de efeito estufa em um nível na qual as atividades humanas não interfiram seriamente nos processos climáticos.

A primeira reunião aconteceu em 1992 durante a Eco 92, Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro, o texto da convenção foi assinado e ratificado por 175 países, reconhecendo a necessidade de um esforço global para o enfrentamento das questões climáticas. Com a entrada em vigor da Convenção do Clima, os representantes dos diferentes países passaram a se reunir anualmente para discutir a sua implementação, estas reuniões são chamadas de Conferências das Partes (COPs).

### **O que é Protocolo de Quioto?**

O Protocolo de Quioto assinado é um tratado internacional que estipula as metas de reduções obrigatórias dos principais gases de efeito estufa para o período de 2008 a 2012. Apesar da resistência por parte de alguns países desenvolvidos foi acordado o princípio da responsabilidade comum, porém diferenciada. Assim, os países desenvolvidos e industrializados (pertencentes ao Anexo I) por serem responsáveis históricos das emissões e por terem mais condições econômicas para arcar com os custos seriam os primeiros a assumir as metas de redução até 2012.

Em 2012, durante a COP18 em Doha, quando estava prevista a finalização do Protocolo de Quioto, foi observado o não atingimento das metas por diversos países e o protocolo foi prorrogado até 2020. Em 2020, quando o Protocolo de Kyoto perder sua validade, espera-se que os países busquem um novo acordo com metas para todos os países, incluindo os países em desenvolvimento. Essa será a principal discussão da COP de 2015, em Paris.

### **O que é MDL?**

O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) é um instrumento que integra o Protocolo de Quioto e permite que os países desenvolvidos pertencentes ao Anexo I invistam em projetos para redução de emissões em países em desenvolvimento. As emissões reduzidas são contabilizadas e geram créditos de carbono que podem ser comercializados no comércio de emissões. Este instrumento de mercado possibilita que os países que tenham obrigatoriedade de reduzir suas emissões possam comprar créditos

de carbono de um país que já tenha atingido a sua meta, e, portanto, tem créditos excedentes para vender.

### **O que é REDD?**

REDD é uma sigla que significa Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal, este mecanismo foi criado para incentivar que as florestas sejam preservadas para evitar o desmatamento e conseqüentemente as emissões de gases de efeito estufa. Este mecanismo surgiu em 2013, durante a Conferência das Partes em Bali na Indonésia, posteriormente incluíram no seu conceito atividades de conservação e manejo sustentável das florestas em países em desenvolvimento, denominado REDD + (REED plus, em inglês). Embora a Política Internacional de REDD ainda esteja em construção, já existe uma série de iniciativas no mundo que estão aplicando este mecanismo. No Brasil o WWF em parceria com o governo do Acre vem apoiando a construção do REDD no âmbito do programa de pagamentos por serviços ambientais. O REDD é uma importante ferramenta para os países com florestas nativas para contribuir para a conservação, redução do desmatamento e das emissões de gases de efeito estufa.

Abaixo evidenciamos a política de sustentabilidade da empresa Aliansce Sonae que consta em seu manual de central de resultados referente ao ano de 2021.

## Responsabilidade Social

A Política de Sustentabilidade da Aliansce Sonae demonstra o seu pacto com a ética nos negócios, gestão de pessoas, igualdade de gênero, gestão de resíduos, o uso eficiente de recursos naturais – como água, energia e gás – e o investimento em educação nas comunidades onde atua.

Sob o aspecto social, a Aliansce Sonae tem como missão investir na educação em todas as suas formas, colocando a sua capilaridade e poder difusor à disposição do bem-estar da população, com o objetivo de transformar a realidade das comunidades onde atua, permitindo que elas possam se inserir com dignidade na sociedade brasileira. Os investimentos sociais dos shoppings da Companhia são direcionados basicamente à três áreas temáticas, consideradas fundamentais para o desenvolvimento e a valorização dos territórios impactados: cultura e esporte, educação e meio ambiente, tendo o empreendedorismo como tema transversal.

No esporte, a Aliansce Sonae é apoiadora oficial do Time Brasil, a equipe que representa uma nação formada por mais de 200 milhões de torcedores. Também é patrocinadora do Instituto Reação,

organização sem fins lucrativos idealizada pelo judoca Flávio Canto, medalhista olímpico, que promove o desenvolvimento humano e a inclusão social por meio do esporte e da educação.

Com o objetivo de impactar positivamente a comunidade, alguns dos shoppings possuem hortas abertas à visitação do público e de escolas, e que têm como premissa cultivar novas experiências e fazer uma produção sustentável, sem prejudicar o meio ambiente.

### 3.3.2 ESTUDANTES NA PRÁTICA

Com base no que foi abordado neste projeto, fizemos um vídeo onde explicamos a importância do desenvolvimento sustentável e como as empresas podem inserir em seu meio corporativo a sustentabilidade, através de práticas que colaboram com a conservação do meio ambiente e também de responsabilidade social, trazendo benefícios e agregando valor a empresa.

Vídeo está disponível em: <https://youtu.be/sQE2AHTfpLo>

## 4. CONCLUSÃO

Em virtude dos fatos mencionados a reorganização societária tem se constituído num instrumento de administração de negócios dos mais adequados e eficientes, e até como ferramenta estratégica imprescindível na tomada de decisões, diante de tantas demandas, tributação, mudanças políticas, crises econômicas, novas tecnologias, e demais novidades e exigências do mercado.

Reorganizar é tornar a organizar. Para tanto, é necessário conhecer o ambiente interno e externo para que se possa fazer um diagnóstico da situação. Uma vez identificadas as questões de maior relevância, vistas e discutidas, traça-se a melhor estratégia para buscar, cumulativamente ou não, o fortalecimento da empresa, diversificação de atividades, integração operacional, aumento de capacidade, redução de custos, segregação de negócios, etc, de modo a assegurar continuidade, produtividade e outras vantagens competitivas.

Diante da necessidade e/ou oportunidade de mudança, a Cisão, Incorporação, Fusão ou Joint venture, pode ser a ferramenta ideal para que a sociedade se reestruture satisfatoriamente, possibilitando-lhe dar continuidade ao negócio até então mantido, bem como mudar, expandir ou suprimir negócios.

As entidades precisam saber o valor dos seus bens e de suas dívidas de longo prazo, devido a desvalorização da moeda, da incerteza e dos riscos envolvidos em suas atividades. E para isso utiliza-se em suas demonstrações contábeis o ajuste a valor presente, que trata-se de um cálculo elaborado para atualizar os valores dos bens e das operações, evidenciando para as partes interessadas o lucro ou o prejuízo da empresa, auxiliando-os nas tomadas de decisões e em suas estratégias.

Outro fator importante das entidades que tenham operações no exterior ou que esteja no exterior é determinar qual é a sua moeda funcional, qual a moeda econômica principal das suas atividades, convertendo os valores que esteja em moedas estrangeiras para a moeda funcional em suas demonstrações contábeis para um fácil entendimento aos usuários de tais informações.

As empresas também precisam se conscientizar e se transformar em uma empresa sustentável, tanto no aspecto social quanto na conservação do meio ambiente. Na era da globalização, cada vez mais os clientes estão exigindo uma postura adequada das empresas com a utilização de seus recursos através de práticas sustentáveis. Trazendo benefícios para o meio ambiente, sociedade e para as empresas também.



## REFERÊNCIAS

A IMPORTÂNCIA DA REESTRUTURAÇÃO SOCIETÁRIA NO PROCESSO DE INCORPORAÇÃO EMPRESARIAL. **Chc Advocacia**, outubro/19. Disponível em: [≤https://chcadvocacia.adv.br/blog/reestruturacao-societaria/#:~:text=Tamb%C3%A9m%20chamada%20de%20reestrutura%C3%A7%C3%A3o%2C%20a,%2C%20incorpora%C3%A7%C3%B5es%2C%20transforma%C3%A7%C3%B5es%20e%20cis%C3%B5es](https://chcadvocacia.adv.br/blog/reestruturacao-societaria/#:~:text=Tamb%C3%A9m%20chamada%20de%20reestrutura%C3%A7%C3%A3o%2C%20a,%2C%20incorpora%C3%A7%C3%B5es%2C%20transforma%C3%A7%C3%B5es%20e%20cis%C3%B5es)>. Acesso em: 16 de junho de 2022.

AJUSTE a valor presente. Análise de normas e pronunciamentos contábeis, aula 9. Material retirado da plataforma de ensino. Acesso em: 18 de junho de 2022.

AJUSTE a valor presente: saiba o que é, como calcular e importância. **Investidor avaliações**. Disponível em: [<https://investorcp.com/financas-corporativas/ajuste-valor-presente/#:~:text=S%C3%A3o%20itens%20que%20devem%20ser%20ajustados%20a%20valor,ser%20saldadas%20em%20servi%C3%A7os%20ou%20bens%20da%20empresa.>](https://investorcp.com/financas-corporativas/ajuste-valor-presente/#:~:text=S%C3%A3o%20itens%20que%20devem%20ser%20ajustados%20a%20valor,ser%20saldadas%20em%20servi%C3%A7os%20ou%20bens%20da%20empresa.>). Acesso em: 18 de junho de 2022.

COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS. **Capital Aberto**, 2012. Disponível em: [<https://capitalaberto.com.br/nao-listavel/combinacao-de-negocios/>](https://capitalaberto.com.br/nao-listavel/combinacao-de-negocios/). Acesso em: 18 de junho de 2022.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Ajuste a Valor Presente. Brasília, DF, 2008. Disponível em: [<http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/219\\_CPC\\_12.pdf>](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/219_CPC_12.pdf) . Acesso em: 18 de junho de 2022.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Combinações de negócios. Brasília, DF, 2011. Disponível em:

<[http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/235\\_CPC\\_15\\_R1\\_rev%2019.pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/235_CPC_15_R1_rev%2019.pdf)> . Acesso em: 19 de junho de 2022.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <[http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/62\\_CPC\\_02\\_R2\\_rev%2013.pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/62_CPC_02_R2_rev%2013.pdf)> . Acesso em: 17 de junho de 2022.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Negócios em Conjunto. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <[http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/274\\_CPC\\_19\\_%20R2\\_rev%2013.pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/274_CPC_19_%20R2_rev%2013.pdf)> . Acesso em: 17 de junho de 2022.

CPC 12: Entenda o ajuste a valor presente. Blog TC School. Disponível em: <<https://tc.com.br/blog/educacao-financeira/contabilidade-matematica-financeira/cpc-12-valor-presente>>. Acesso em: 18 de junho de 2022.

DEMONSTRAÇÕES financeiras anuais completas. Central de resultados. **Aliance** **Sonae**, 2021. Disponível em: <<https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/330c258b-6212-45ce-8c13-557ea46cc23a/130f9e3d-2fdd-9c2d-3fac-a7204e82a143?origin=1>>. Acesso em: 17 de junho de 2022.

EFEITOS das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - IAS 21 (CPC 02). Análise de normas e pronunciamentos contábeis, aula 12. Material retirado da plataforma de ensino. Acesso em: 18 de junho de 2022.

JOINT VENTURE, o que é, objetivo, tipos, vantagens e desvantagens. **FIA Business School**, 2021. Disponível em: <<https://fia.com.br/blog/joint-venture/>>. Acesso em: 17 de junho de 2022.

MATERIAL DE APOIO AVA. **Unifeob**. Acesso em: 18 de junho de 2022.

MOEDA funcional. **CFC Academy**, 2021. Disponível em: <<https://cfcacademy.com.br/2021/09/05/moeda-funcional/>>. Acesso em: 18 de junho de 2022.

PATEL, Neil. Fusão de empresas: o que é, quais os tipos e como fazer. **NeilPatel**. Disponível em: <<https://neilpatel.com/br/blog/fusao-de-empresas>>. Acesso em: 16 de junho de 2022.

SAIBA MAIS SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS. **Wwf**. Disponível em: <[https://www.wwf.org.br/natureza\\_brasileira/reducao\\_de\\_impactos2/clima/mudancas\\_climaticas2/#:~:text=Entre%20as%20principais%20atividades%20humanas,do%20solo%3B%20agropecu%C3%A1ria%3B%20descarte%20de](https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/reducao_de_impactos2/clima/mudancas_climaticas2/#:~:text=Entre%20as%20principais%20atividades%20humanas,do%20solo%3B%20agropecu%C3%A1ria%3B%20descarte%20de)>. Acesso em: 20 de junho de 2022.

SANTOS, Vanessa Sardinha dos. "Biodiversidade"; **Brasil Escola**. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/biodiversidade.htm>>. Acesso em: 20 de junho de 2022.

SOCIEDADES controladas em conjunto - joint ventures. Contabilidade avançada, aula 12. Material retirado da plataforma de ensino. Acesso em: 18 de junho de 2022.

TOLOTTI, Rodrigo. Aliance e Sonae Sierra anunciam fusão e criam maior empresa de shopping centers do Brasil. **Infomoney**, 06 de junho de 2019. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/mercados/aliance-e-sonae-sierra-anunciam-fusao-e-criam-maior-empresa-de-shopping-centers-do-brasil>>. Acesso em: 17 de junho de 2022.

VALADÃO, Aline de Fátima Chiaradia, PANHOCA, Prof. Dr. Luiz, MORAES, Marcela Barbosa de, MAGALHAES, Maurilio Gomes de, PAULA, Roberta Manfron de. Teoria de Gaia e preservação do Meio Ambiente. Disponível em: <<https://www.pucpcaldas.br/graduacao/administracao/revista/artigos/v4n2/v4n2a5.pdf>>. Acesso em: 20 de junho de 2022.

WIKIPEDIA. Aliansce. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Aliansce>>. Acesso em: 18 de junho de 2022.

WIKIPEDIA. Sonae Sierra Brasil. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Sonae\\_Sierra\\_Brasil](https://pt.wikipedia.org/wiki/Sonae_Sierra_Brasil)>. Acesso em: 18 de junho de 2022.

## ANEXOS

## BALANÇO PATRIMONIAL

Balanco Patrimonial	Aliansce Sonae Contabil		Ajustes		Aliansce Sonae Consolidado Gerencial	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
<b>ATIVO</b>						
<i>(Valores em milhares de reais)</i>						
<b>Circulante</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	14.862	13.113	3.726	435	18.587	13.548
Aplicações financeiras de curto prazo	1.231.459	1.371.587	(6.488)	5.551	1.224.971	1.377.138
Contas a receber	400.545	327.525	(15.903)	(9.804)	384.642	317.721
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	-	14	-	(14)	-	-
Impostos a recuperar	52.969	56.120	(2.192)	(961)	50.777	55.160
Despesas antecipadas	1.109	2.529	5	5	1.113	2.534
Outros créditos	35.865	41.473	(1.478)	(828)	34.387	40.645
<b>Total</b>	<b>1.736.808</b>	<b>1.812.361</b>	<b>(22.331)</b>	<b>(5.615)</b>	<b>1.714.478</b>	<b>1.806.746</b>
Ativo não circulante mantido para venda	38.565	38.565	-	-	38.565	38.565
<b>Total Ativo Circulante e Ativo não circulante mantido para venda</b>	<b>1.775.373</b>	<b>1.850.926</b>	<b>(22.331)</b>	<b>(5.615)</b>	<b>1.753.043</b>	<b>1.845.311</b>
<b>Não Circulante</b>						
Impostos a recuperar	1.927	10.835	35	611	1.962	11.446
IRPJ e CSLL diferidos	54.723	66.177	(7.211)	(15.564)	47.512	50.613
Depósitos judiciais	33.567	31.925	64	76	33.631	32.001
Empréstimos, mútuos e outras contas a receber	7.889	8.047	(7.889)	(0)	-	8.047
Instrumentos financeiros derivativos	4.736	10.543	0	0	4.736	10.543
Despesas antecipadas	3.544	6.888	(0)	(0)	3.544	6.888
Aplicações financeiras de longo prazo	95.447	-	3	-	95.450	-
Outros créditos	25.863	25.561	16.760	5.738	42.623	31.299
Investimentos	420.541	463.195	(420.541)	(463.195)	-	-
Propriedades para investimento	8.321.206	8.063.390	(643.115)	(650.935)	7.678.091	7.412.455
Imobilizado	24.495	26.541	862	236	25.357	26.777
Intangível	345.401	323.548	55.990	96.082	401.391	419.630
<b>Total Ativo Não Circulante</b>	<b>9.339.338</b>	<b>9.036.649</b>	<b>(1.005.041)</b>	<b>(1.026.950)</b>	<b>8.334.297</b>	<b>8.009.699</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>11.114.712</b>	<b>10.887.575</b>	<b>(1.027.372)</b>	<b>(1.032.565)</b>	<b>10.087.340</b>	<b>9.855.010</b>
<b>PASSIVO</b>						
<i>(Valores em milhares de reais)</i>						
<b>Circulante</b>						
Fornecedores	34.176	30.300	(2.516)	(3.377)	31.660	26.923
Empréstimos e financiamentos, CCJ/CRFs e debêntures	463.503	240.620	123	0	463.625	240.621
Impostos e contribuições a recolher	56.069	36.247	(750)	(381)	55.320	35.866
Receitas diferidas	5.413	1.672	28	35	5.440	1.707
Dividendos a pagar	70.162	44.475	(4.880)	(4.299)	65.282	40.176
Obrigações por compra de ativos	110	107	(0)	(0)	110	107
Contas a Pagar Leasing	9.440	8.995	1.359	1.254	10.799	10.249
Outras obrigações	88.609	61.310	1.700	(230)	90.309	61.080
<b>Total Passivo Circulante</b>	<b>727.481</b>	<b>423.726</b>	<b>(4.937)</b>	<b>(6.998)</b>	<b>722.544</b>	<b>416.728</b>
<b>Não Circulante</b>						
Empréstimos e financiamentos, CCJ/CRFs e debêntures	1.560.089	1.766.314	-	1	1.560.089	1.766.315
Impostos e contribuições a recolher	7.663	5.987	0	(0)	7.663	5.987
Receitas diferidas	9.183	14.743	414	590	9.597	15.333
IRPJ e CSLL diferidos	932.437	984.257	12.766	13.111	945.203	997.368
Contas a pagar leasing	33.547	40.931	26.975	28.365	60.522	69.296
Outras obrigações	21.940	21.017	1.209	5.871	23.149	26.888
Provisão para contingências	12.388	13.518	(744)	(1.273)	11.644	12.246
<b>Total Passivo Não Circulante</b>	<b>2.577.246</b>	<b>2.846.768</b>	<b>40.621</b>	<b>46.664</b>	<b>2.617.867</b>	<b>2.893.432</b>
<b>Patrimônio líquido</b>						
Capital social	4.156.722	4.156.476	-	-	4.156.722	4.156.476
Gastos com emissões de ações	(72.332)	(72.332)	-	-	(72.332)	(72.332)
Reservas de capital	882.328	875.808	-	-	882.328	875.808
Reserva legal	22.197	8.454	-	-	22.197	8.454
Ações em tesouraria	(19.123)	(24.696)	-	-	(19.123)	(24.696)
Reservas de lucros	296.459	120.463	-	-	296.459	120.463
Ajustes de avaliação patrimonial	1.480.677	1.480.677	-	-	1.480.677	1.480.677
Participação de não controladores	1.063.057	1.072.232	(1.063.057)	(1.072.232)	-	-
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>7.809.985</b>	<b>7.617.081</b>	<b>(1.063.057)</b>	<b>(1.072.232)</b>	<b>6.746.928</b>	<b>6.544.850</b>
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>	<b>11.114.712</b>	<b>10.887.575</b>	<b>(1.027.372)</b>	<b>(1.032.565)</b>	<b>10.087.340</b>	<b>9.855.010</b>

## FLUXO DE CAIXA

Fluxo de Caixa	Aliansce Sonae Contábil	Ajustes	Aliansce Sonae Consolidado Gerencial
	31/12/21	31/12/21	31/12/21
(valores em milhares de reais)			
<b>Atividades operacionais</b>			
<b>Lucro líquido do período atribuível aos acionistas da Controladora</b>	<b>318.405</b>	<b>(43.536)</b>	<b>274.869</b>
<i>Ajustes ao lucro líquido correntes de:</i>			
Aluguel linear	(39.720)	816	(38.904)
Depreciação e amortização	191.140	(10.358)	180.782
Ganho de equivalência patrimonial	(44.849)	44.849	-
Constituição (Reversão) de Provisão para perda esperada	52.121	5.776	57.897
(Reversão) Constituição de provisão para contingências, líquida	(201)	4.901	4.700
Atualização monetária sobre provisão para contingências	159	(1)	158
Remuneração com base em opção de ações	12.542	-	12.542
Apropriação de juros/ variações monetárias sobre operações financeiras	186.732	2.272	189.004
Ganho de capital na venda de participação e/ou investimento	(14.223)	14.223	-
Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos	5.807	-	5.807
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(39.894)	(9.787)	(49.681)
	<b>628.019</b>	<b>9.155</b>	<b>637.174</b>
<b>Redução (aumento) dos ativos</b>	<b>(70.553)</b>	<b>4.838</b>	<b>(65.715)</b>
Contas a receber de clientes	(92.641)	5.517	(87.124)
Empréstimos aos condomínios	(1.418)	-	(1.418)
Outros	10.820	(1.515)	9.305
Depósitos Judiciais e Valores a Receber de IPTU	(1.896)	269	(1.629)
Impostos a recuperar	14.584	567	15.151
<b>Aumento (redução) dos passivos</b>	<b>123.061</b>	<b>(4.355)</b>	<b>118.706</b>
Fornecedores	439	717	1.156
Impostos e contribuições a recolher	98.027	3.713	101.740
Outras obrigações	26.191	(8.379)	17.812
Receitas diferidas	(1.596)	(406)	(2.002)
<b>Impostos pagos - IRPJ e CSLL</b>	<b>(45.985)</b>	<b>(4.025)</b>	<b>(50.010)</b>
<b>Impostos pagos - PIS, COFINS e ISS</b>	<b>(34.297)</b>	<b>(639)</b>	<b>(34.936)</b>
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>600.245</b>	<b>4.974</b>	<b>605.219</b>
<b>Atividades de investimento</b>			
Aquisição de ativo imobilizado	(3.839)	2	(3.837)
Aquisição de propriedade para investimento - shoppings	(431.853)	(27.791)	(459.644)
Venda de propriedade para investimento	-	(577)	(577)
Redução (aumento) de investimentos	125.000	5.551	130.551
Aumento de capital em Controladas/Coligadas	(9.161)	9.161	-
Redução (aumento) em títulos e valores mobiliários	54.059	623	54.682
Efeito aquisição de empresas e participações	(25.058)	25.058	-
Aumento de ativo intangível	(64.359)	(255)	(64.614)
Dividendos recebidos e juros sobre capital próprio recebidos	45.992	(45.992)	-
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento</b>	<b>(309.219)</b>	<b>(34.220)</b>	<b>(343.439)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>			
Aumento de capital	246	-	246
Aumento de capital do FII Parque Dom Pedro e de acionistas não controladores	8.192	(8.192)	-
Dividendos pagos	(59.999)	-	(59.999)
Pagamento juros - empréstimos e financiamentos e cédulas de crédito imobiliário	(50.136)	-	(50.136)
Pagamento principal - empréstimos e financiamentos e cédulas de crédito imobiliário	(62.652)	-	(62.652)
Pagamento de custo de estruturação -- empréstimos e financiamentos e cédula de crédito imobiliário	(297)	-	(297)
Emissão de debêntures	415.000	-	415.000
Pagamento juros de debêntures	(68.213)	-	(68.213)
Pré-pagamento de juros de debêntures	(36.975)	-	(36.975)
Pagamento principal de debêntures	(175.529)	-	(175.529)
Pré-pagamento de principal de debêntures	(125.000)	-	(125.000)
Pagamento do custo de estruturação - debêntures	(11.297)	-	(11.297)
Rendimentos distribuídos dos fundos imobiliários Parque D, Pedro I e II e não controladores	(42.216)	42.216	-
Pagamento Juros - Leasing (direito de uso)	(3.659)	(2.836)	(6.495)
Pagamento Principal - Leasing (direito de uso)	(8.844)	1.348	(7.496)
Pagamento recompra de debêntures	(67.898)	-	(67.898)
<b>Caixa líquido gerado nas (consumido pelas) atividades de financiamento</b>	<b>(289.277)</b>	<b>32.536</b>	<b>(256.741)</b>
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalente de caixa</b>	<b>1.749</b>	<b>3.290</b>	<b>5.039</b>
Saldo de caixa e equivalente no final do período	14.862	3.726	18.588
Saldo de caixa e equivalente no início do período	13.113	436	13.549
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalente de caixa</b>	<b>1.749</b>	<b>3.290</b>	<b>5.039</b>